



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 24/2022

CONTRATO TRE-RO N. 24/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº [0002835-64.2021.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 37/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 28/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA EXPLORATA PRODUTORA LTDA - ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE IMAGENS DO PROCEDIMENTO DE AUDITORIA DE FUNCIONAMENTO DAS URNAS ELETRÔNICAS SOB CONDIÇÕES NORMAIS DE USO NAS ELEIÇÕES DE 2022.

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG e do CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **EXPLORATA PRODUTORA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº. **19.206.602/0001-28**, com sede na Rua Luiz Pereira, nº 131, Apartamento 401 – Sala A, Bairro Nova Betânia – CEP.: 59.612-020, em Mossoró/RN, Telefone(s): (84) 99601-4457 e E-mail(s): rafael-maia@htomail.com, neste ato representada por **RAFAEL MAIA BATISTA FERREIRA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG e do CPF nº (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

com: o Edital de Licitação respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho n. 910/2022-PRES/DG/GABDG, de 18/07/2022 (evento [0860235](#)); e o Termo de Homologação da Licitação constante no Despacho n. 1045/2022-PRES/DG/GABDG, de 15/08/2022 (evento [0878247](#)), bem como nas demais normas indicadas na Cláusula “DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL” deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições,

DO OBJETO

(Artigo 55, I, IV e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços ininterruptos de filmagem, com captação sem cortes de imagens e sons, fornecimento do conteúdo gravado na íntegra, sem edição, para atendimento dos trabalhos da Comissão de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso nas Eleições de 2022, de acordo com as descrições e quantidades relacionadas no quadro abaixo:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unidade de medida	Quantidade (A)	Valor Unitário (B)	Quantidade a ser empenhada
01	Item 01 do edital. Locação de Equipamento Audiovisual / Som / Vídeo / Filmagem. Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de sorteio das urnas eletrônicas que serão auditadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube. As datas, horários e	Por horas de gravação	3 horas por turno	R\$ 500,00	3 horas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	detalhamento dos serviços referentes a este item constam no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico.				
02	<p>Item 02 do edital. Produção / veiculação - programa teleducativo / documentário/ entrevista / debate. Serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de até 3 minutos das captações de imagens, vídeos e sons do recolhimento das urnas eletrônicas sorteadas, diretamente nas escolas, cartórios, ou locais de votação, em locais a ser indicado pelo Presidente da Comissão de Auditoria e dos trabalhos da comissão no domingo de eleição.</p> <p>As datas, horários e detalhamento dos serviços referentes a este item constam no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico.</p>	Por minutos de vídeo editado	5 minutos por turno	R\$ 500,00	3 minutos
03	<p>Item 03 do edital. Locação de Equipamento Audiovisual / Som / Vídeo / Filmagem. Serviço de filmagem e monitoramento com</p>	Por horas de gravação	17 horas por turno	R\$ 294,00	17 horas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>imagens, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, do ambiente de guarda das urnas sorteadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube.</p> <p>As datas, horários e detalhamento dos serviços referentes a este item constam no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico.</p>				
04	<p>Item 04 do edital. Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, para auditoria de 20 (vinte) urnas eletrônicas, sendo um conjunto de equipamentos de filmagem e repetição das imagens da urna filmada diretamente na TV. O ambiente e os trabalhos da comissão de auditoria serão transmitidos ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube, pela contratada.</p> <p>As datas, horários e detalhamento dos</p>	Gravação e transmissão por urna	20 urnas	R\$ 2.000,00	20 urnas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	serviços referentes a este item constam no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico.				
05	<p>Item 05 do edital. Serviço de locação e instalação de painel de LED (dimensões a partir de 3m x 5m) para transmissão dos trabalhos da Comissão de Auditoria, e divulgação das filmagens ao vivo (item 4).</p> <p>As datas, horários e detalhamento dos serviços referentes a este item constam no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico.</p>	Unidade de painel	3 painéis	R\$ 3.666,00	3 painéis

Subcláusula Primeira – A CONTRATADA deverá cumprir os critérios de sustentabilidade social e ambiental indicados no Capítulo 3.1, inciso II, letra “b”, do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Segunda – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Licitação supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência (TR) respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame.

DA ESPECIFICAÇÃO E DETALHAMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA – Quanto à especificação do objeto e do detalhamento, deve ser observado o que segue:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM lote único	OBJETO Detalhamento serviço	- do	Forma de medição	Quantidade	Detalhamento dos serviços a serem realizados pela contratada
1	Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de sorteio das urnas eletrônicas que serão auditadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube.		3h	3 horas de gravação por turno	<p>A contratada deverá fornecer todo o material necessário para cumprimento deste item, cujos custos, operacionais, impostos, taxas e transporte deverão estar considerados em sua proposta. Detalhamento do serviço:</p> <ol style="list-style-type: none">1. 3 horas de filmagem com câmeras de alta resolução definição HDV/fullHD ;2. A proposta deverá considerar 2 serviços de filmagem, de 3 horas de duração (9h às 12), para cada sábado de evento, véspera de eleição.3. Gravação de imagem e voz, com resultado de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>qualidade para transmissão nas redes sociais do TRE.</p> <p>4. Disponibilização de uma cópia original, com fornecimento de <i>HD</i> externo contendo o material bruto gravado durante o sorteio, em até 24 horas após o término dos trabalhos de filmagem.</p> <p>5. Cabimento e outros equipamentos necessários à execução dos serviços.</p> <p>6. A contratada deverá realizar a montagem e instalação dos equipamentos dois dias antes do dia dos sorteios e realizar os testes de funcionamento</p>
--	--	--	--	---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>o;</p> <p>7. Os serviços de filmagem ininterrupta dos procedimentos de sorteio deverão ser iniciados às 09 horas, e término às 12h, podendo se estender e ultrapassar o horário, condicionado a intercorrências, se houver, sem custo adicional para o contratante;</p> <p>8. Caso algum equipamento apresente defeito durante os trabalhos, a contratada deverá substituí-lo no prazo máximo de 10 minutos, para que não prejudique ou atrase os trabalhos da comissão de auditoria, sem qualquer</p>
--	--	--	--	---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>ônus para o contratante;</p> <p>9. Disponibilização de, no mínimo, 2 (dois) técnicos habilitados na operacionalização dos equipamentos de filmagem e gravação além dos cinegrafistas, e permanência no local da Cerimônia do Sorteio;</p> <p>10. A Cerimônia de Sorteio será realizada na cidade de Porto Velho, no auditório do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, localizado na Av. Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa da União, CEP: 76.805-859 ou em outro endereço na mesma cidade, informado previamente pelo fiscal do contrato;</p> <p>11. O serviço de</p>
--	--	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>filmagem do primeiro e segundo turnos somente serão pagos se efetivamente utilizados;</p> <p>12. Transmissão das filmagens, ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube, que contará com o auxílio de acesso pela Seção de Comunicação do TRE.</p> <p>13. A contratada deverá dispor de link de redes móveis de internet com as configurações mínimas para execução dos serviços exigidos neste item.</p>
2	Serviço de filmagem com imagens, sons, gravação, finalização, edição do recolhimento das urnas eletrônicas sorteadas, diretamente nas escolas, cartórios,	até 3 minutos de vídeo editado por turno	5 minutos	A contratada deverá fornecer todo o material necessário para cumprimento deste item, cujos custos operacionais, impostos, taxas, alimentação, diárias



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	ou locais de votação, em locais a ser indicado pelo Presidente da Comissão de Auditoria.			<p>por deslocamento intermunicipal dentro do Estado de Rondônia, deverão estar todos considerados em sua proposta, e:</p> <ol style="list-style-type: none">1. O técnico responsável pela filmagem se deslocará no mesmo veículo utilizado pelo membro da comissão que recolherá a urna e o ônus com o transporte será de responsabilidade da contratante;2. Os custos operacionais, impostos, taxas, alimentação, diárias pelo deslocamento do técnico, em viagem intermunicipal, dentro do Estado de Rondônia, serão de responsabilidade da contratada, e devem estar
--	--	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>inclusos no valor da proposta.</p> <p>3. Filmag em com câmeras de alta resolução definição HDV/fullHD ;</p> <p>4. Filmag em e gravação do momento do recolhimento da urna sorteada e do momento de sua chegada ao ambiente de auditoria;</p> <p>5. Filmag em dos trabalhos da comissão de auditoria no domingo de eleição;</p> <p>6. Disponibilização das imagens produzidas das urnas recolhidas, podendo ser até 5 urnas, com deslocamento simultâneo de equipes, com fornecimento do video</p>
--	--	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>final em até 5 dias úteis após os serviços.</p> <p>7. O produto final será um vídeo com até 3 minutos de edição, com pré-argumento, roteiro, produção e edição final, sonora de servidores, autoridades, e outros participantes elaborados pela contratada.</p> <p>8. Fornecer cabeamento e outros equipamentos necessários à execução dos serviços.</p> <p>9. A filmagem do recolhimento das urnas poderá ocorrer em qualquer município do Estado de Rondônia, a depender do local em que se encontrará a</p>
--	--	--	--	---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>urna que será sorteada, sendo que, em caso de contratação da filmagem de 5 urnas, o serviço ocorrerá de modo concomitante .</p> <p>10. O horário provável de saída da equipe para recolhimento da urna no interior do estado será às 12h, e o retorno no mesmo dia.</p> <p>11. A Administração não se obriga a contratar este item ou poderá executá-lo parcialmente, a depender do local do recolhimento da urna, de vaga no veículo oficial e de disponibilização de orçamentária para esta despesa.</p>
--	--	--	--	---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3	Serviço de filmagem e monitoramento com imagens, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, do ambiente de guarda das urnas sorteadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube.	17h	1º turno	<p>A contratada deverá fornecer todo o material necessário para cumprimento deste item, cujos custos operacionais, impostos, taxas, alimentação, serviço extraordinário e transporte são de responsabilidade e ônus da contratada e deverão ser considerados na proposta da licitante.</p> <p>Detalhamento do serviço:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Filmagem com câmeras de alta resolução definição HDV/fullHD ;2. A proposta deverá considerar 2 serviços de filmagem, de 17 horas de duração, para cada sábado de evento, véspera de eleição;3. Os serviços de filmagem ininterrupta dos os procedimento
---	---	-----	----------	---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>s iniciarão a partir da chegada da primeira urna sorteada (horário provável: 13h), e finalizará somente às 6h da manhã do domingo, quando iniciará o serviço de auditoria, item 4;</p> <p>4. Gravação de imagem com resultado de qualidade com transmissão ao vivo no canal do Youtube do TRE.</p> <p>5. Disponibilização de uma cópia original, com fornecimento de <i>HD</i> externo contendo o material bruto gravado durante o monitoramento, em até 24 horas após o término dos trabalhos de</p>
--	--	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>filmagem.</p> <p>6. Cabeamento e outros equipamentos necessários à execução dos serviços.</p> <p>7. A contratada deverá realizar a montagem e instalação dos equipamentos, na véspera do dia dos sorteios e realizar os testes de funcionamento;</p> <p>8. A contratada deverá disponibilizar um técnico de plantão para direção da mesa de transmissão, durante o horário de monitoramento das urnas;</p> <p>9. Caso algum equipamento apresente defeito durante os trabalhos, a contratada</p>
--	--	--	--	---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>deverá substituí-lo no prazo máximo de 10 minutos, para que não haja interrupção da transmissão pública da guarda das urnas que serão auditadas;</p> <p>10. Disponibilização de técnicos habilitados na operacionalização dos equipamentos de filmagem e gravação, e permanência no local.</p> <p>11. O ambiente a ser monitorado será de aproximadamente 5m², exigindo no mínimo duas câmeras. Podem ser utilizadas as mesmas câmeras do item 4.</p> <p>12. O</p>
--	--	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>ambiente de monitoramento será na cidade de Porto Velho em endereço a ser informado previamente pelo fiscal do contrato;</p> <p>13. O serviço de filmagem do primeiro e segundo turnos somente serão pagos se efetivamente utilizados;</p> <p>14. Transmissão das filmagens, ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube, que contará com o auxílio de acesso pela Seção de Comunicação do TRE.</p> <p>15. A contratada deverá dispor de link de redes móveis de internet com as configurações mínimas</p>
--	--	--	--	---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				para execução dos serviços exigidos neste item.
4	Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, para auditoria de 20 (vinte) urnas eletrônicas, sendo um conjunto de equipamentos de filmagem e transmissão para cada urna auditada, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube.	12 horas	20 conjuntos/urnas, por turno	<p>A contratada deverá fornecer todo o material necessário para cumprimento deste item, cujos custos operacionais, impostos, taxas, alimentação, serviço extraordinário e transporte são de responsabilidade e ônus da contratada e deverão ser considerados na proposta da licitante.</p> <p>Detalhamento dos serviços:</p> <ol style="list-style-type: none">1. 20 câmeras de alta resolução definição HDV/fullHD ou superior, com tripé, que será instalada para filmagem exclusivamente da tela da urna eletrônica auditada;2. 20 microfones, tipo auricular, de lapela ou de mesa, com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>alta qualidade de captação de sons para uso pelo operador que votará na urna eletrônica;</p> <p>3. 20 (vinte) aparelhos de TV, no mínimo 40” (quarenta polegadas), para monitoramento simultâneo com as imagens de cada câmera, posicionados em suporte com pedestal, próximo à respectiva urna eletrônica, e com as imagens expostas para o público presente;</p> <p>4. Cartões de memória em todas as câmeras;</p> <p>5. Disponibilização de uma cópia original, com fornecimento de HD extern</p>
--	--	--	--	---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>o contendo o material bruto gravado durante a Auditoria, em até 24 horas após o término dos trabalhos de filmagem.</p> <p>6. Cabeamento e outros equipamentos necessários à execução dos serviços.</p> <p>7. Os serviços serão realizados no domingo de eleição, de 6h às 18h;</p> <p>8. A contratada deverá realizar a montagem e instalação dos equipamentos, dois dias antes do dia das Eleições do 1º turno e 2º, se houver - ou, antes se preferir, para que haja tempo hábil para os testes de equipamento</p>
--	--	--	--	---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>s;</p> <p>9. Os serviços de filmagem ininterrupta dos procedimentos de auditoria deverão ser iniciados às 06 (seis) horas, início da votação, até às 18 (dezoito) horas, fim da votação, podendo ultrapassar o horário, em caso de intercorrências verificadas no momento da auditoria, sem que este acréscimo de horário acarrete custo adicional para a contratante;</p> <p>10. O posicionamento das câmeras, dos monitores e dos equipamentos de gravação será conforme as orientações d</p>
--	--	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>a Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica;</p> <p>11. Gravação de áudio e de vídeo por cada câmera, com captação independente e simultânea para cada urna eletrônica, com possibilidade de recuperação dos dados no decorrer dos trabalhos ou imediatamente após o seu final;</p> <p>12. O período de gravação deve ser equivalente à duração do procedimento de auditoria com garantia de continuidade, sem interrupções nem omissão de qualquer momento do transcurso dos trabalhos.</p> <p>13. Caso algum</p>
--	--	--	--	---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>equipamento apresente defeito durante os trabalhos a contratada deverá substituí-lo no prazo máximo de dez minutos, para que não prejudique ou atrase os trabalhos da comissão de auditoria, sem que a substituição de aparelhos acarrete qualquer ônus para a contratante;</p> <p>14. Dispon ibilização de, no mínimo, 7 (sete) técnicos habilitados na operacionaliz ação dos equipamento s de filmagem e gravação, e permanência no local dos serviços durante os trabalhos de filmagens;</p> <p>15. Os serviços</p>
--	--	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>serão executados na cidade de Porto Velho, em endereço a ser informado previamente pelo fiscal do contrato;</p> <p>16. Transmissão das filmagens, ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube, que contará com o auxílio de acesso pela Seção de Comunicação do TRE.</p> <p>17. A contratada deverá dispor de links de redes móveis de internet com as configurações mínimas para execução dos serviços exigidos neste item.</p> <p>18. O serviço de filmagem do primeiro e segundo turnos somente serão pagos</p>
--	--	--	--	---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				se efetivamente utilizados.
5	<p>Serviço de locação e instalação de painel de LED (dimensões a partir de 3m x 5m) para transmissão dos trabalhos da Comissão de Auditoria, e divulgação das filmagens ao vivo (item 4).</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">• Domingo, dia 02/10/2022, de 6h às 18h, 1º turno das Eleições 2022.	3 telões	1º turno	<p>A contratada deverá fornecer todo o material necessário para cumprimento deste item, cujos custos, operacionais, impostos, taxas e transporte deverão estar considerados em sua proposta. Detalhamento dos serviços:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Contratação do serviço de locação e instalação de painel de LED (dimensões a partir de 3m x 5m) para divulgação dos trabalhos da Comissão de Auditoria na transmissão das imagens ao vivo da filmagem das urnas (item 4).2. Cabeamento e outros equipamentos necessários à execução dos serviços.3. Será de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>responsabilidade da contratada a locação, a montagem e instalação dos equipamentos, na véspera do dia da eleição, e a realização dos testes de funcionamento;</p> <p>4. Disponibilização de técnicos habilitados na operacionalização dos equipamentos de permanência no local.</p> <p>5. O ambiente de montagem e funcionamento do painel de LED será na cidade de Porto Velho em endereço a ser informado previamente pelo fiscal do contrato;</p> <p>6. O pagamento será considerado</p>
--	--	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				por unidade de painel contratado. 7. A contratante não se obriga a contratação desse item, que estará condicionado à disponibilidade de orçamentária.
--	--	--	--	--

Subcláusula única – Os prazos e datas acima informados poderão sofrer alterações, mediante justificativa, para atendimento do interesse público, e conforme necessidade e conveniência para a Administração, previamente comunicados à CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, respeitada a legislação correlata.

DO CRONOGRAMA DA CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – Quanto aos prazos previstos e estimados para a execução dos serviços objeto desta contratação, deverá ser observado o que segue:

DATA ESTIMADA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS		
ITEM	OBJETO (detalhamento do serviço no item 2.2 do TR)	1º turno das Eleições - 01/10/2022
1	Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de sorteio das urnas eletrônicas que serão auditadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube.	3 horas de gravação por turno

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">Sábado, dia 01/10/2022, de 9h às 12h, 1º turno das Eleições 2022.	
2	<p>Serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de até 3 minutos das captações de imagens, vídeos e sons do recolhimento das urnas eletrônicas sorteadas, diretamente nas escolas, cartórios, ou locais de votação, em locais a ser indicado pelo Presidente da Comissão de Auditoria e dos trabalhos da comissão no domingo de eleição.</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">Sábado e domingo, dia 01 e 02/10/2022, 1º turno das Eleições 2022.	até 3 minutos de vídeo editado por turno
3	<p>Serviço de filmagem e monitoramento com imagens, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, do ambiente de guarda das urnas sorteadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube.</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">Sábado, dia 01/10/2022, de 13h às 6h do domingo, 1º turno das Eleições 2022.	17 horas de monitoramento por turno
4	<p>Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, para auditoria de 20 (vinte) urnas eletrônicas, sendo um conjunto de equipamentos de filmagem e repetição das imagens da urna filmada diretamente na TV. O ambiente e os trabalhos da comissão de auditoria serão transmitidos ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube, pela contratada.</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">Domingo, dia 02/10/2022, de 6h às 18h, 1º turno das Eleições 2022.	20 urnas por turno
5	<p>Serviço de locação e instalação de painel de LED (dimensões a partir de 3m x 5m) para transmissão dos trabalhos da Comissão de Auditoria, e divulgação das filmagens ao vivo (item 4).</p>	3 telões



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Data de realização dos serviços: <ul style="list-style-type: none">• Domingo, dia 02/10/2022, de 6h às 18h, 1º turno das Eleições 2022.	
--	---	--

Subcláusula única – Os prazos previstos e estimados acima informados poderão sofrer alterações, mediante justificativa, para atendimento do interesse público, e conforme necessidade e conveniência para a Administração, previamente comunicados à CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, respeitada a legislação correlata.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, modalidade licitatória de pregão, na forma eletrônica, menor preço por lote único, de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, o qual requisitará os serviços a serem realizados.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

(Artigo 57, caput, e §§ 1º e 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O prazo de vigência deste Contrato será de 120 (cento e vinte) dias, contados da sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO, podendo ser prorrogado.

Subcláusula única – Os prazos de execução e vigência poderão ser prorrogados mediante justificativa e conforme necessidade da administração, devidamente registrados em processo e previstos no § 1º do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SEXTA – O valor total estimado deste Contrato é de **R\$ 58.996,00** (cinquenta e oito mil novecentos e noventa e seis reais), conforme planilha abaixo:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unidade de medida	Quantidade (A)	Valor Unitário (B)	Quantidade a ser empenhada	Valor Total do Item (E=CxD)
01	<p>Item 01 do edital. Locação de Equipamento Audiovisual / Som / Vídeo / Filmagem. Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de sorteio das urnas eletrônicas que serão auditadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube.</p> <p>As datas, horários e detalhamento dos serviços referentes a este item constam no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico.</p>	Por horas de gravação	3 horas por turno	R\$ 500,00	3 horas	R\$ 1.500,00
02	<p>Item 02 do edital. Produção / veiculação - programa teleeducativo / documentário/ entrevista / debate. Serviço de produção, edição e finalização</p>	Por minutos de vídeo editado	5 minutos por turno	R\$ 500,00	3 minutos	R\$ 1.500,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>de vídeo documentário institucional (VT) de até 3 minutos das captações de imagens, vídeos e sons do recolhimento das urnas eletrônicas sorteadas, diretamente nas escolas, cartórios, ou locais de votação, em locais a ser indicado pelo Presidente da Comissão de Auditoria e dos trabalhos da comissão no domingo de eleição.</p> <p>As datas, horários e detalhamento dos serviços referentes a este item constam no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico.</p>					
03	<p>Item 03 do edital. Locação de Equipamento Audiovisual / Som / Vídeo / Filmagem. Serviço de filmagem e monitoramento com imagens, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, do ambiente de guarda das urnas sorteadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube.</p> <p>As datas, horários e detalhamento dos serviços referentes a este item constam no Termo de Referência e</p>	Por horas de gravação	17 horas por turno	R\$ 294,00	17 horas	R\$ 4.998,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	no Edital do Pregão Eletrônico.					
04	<p>Item 04 do edital. Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, para auditoria de 20 (vinte) urnas eletrônicas, sendo um conjunto de equipamentos de filmagem e repetição das imagens da urna filmada diretamente na TV. O ambiente e os trabalhos da comissão de auditoria serão transmitidos ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube, pela contratada.</p> <p>As datas, horários e detalhamento dos serviços referentes a este item constam no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico.</p>	Gravação e transmissão por urna	20 urnas	R\$ 2.000,00	20 urnas	R\$ 40.000,00
05	<p>Item 05 do edital. Serviço de locação e instalação de painel de LED (dimensões a partir de 3m x 5m) para transmissão dos trabalhos da Comissão de Auditoria, e</p>	Unidade de painel	3 painéis	R\$ 3.666,00	3 painéis	R\$ 10.998,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	divulgação das filmagens ao vivo (item 4). As datas, horários e detalhamento dos serviços referentes a este item constam no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico.					
	TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO					R\$ 58.996,00

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, tais como: mão-de-obra, tributos incidentes, serviços, encargos sociais e trabalhistas, combustível, tripulantes, cozinha, limpeza, materiais, deslocamentos, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda - O valor deste Contrato é estimativo, não obrigando o CONTRATANTE a requisitar o seu equivalente em serviços durante a vigência do ajuste.

Subcláusula Terceira - As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta do orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, NATUREZA DA DESPESA 33.90.39 e FONTE DE RECURSO 0100000000, consoante Nota de Empenho nº 2022NE000530, de 30/08/2022 (evento [0888672](#)), detalhado a seguir:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Pleito Eleitoral 2022
AGREGADOR	Despesas Diversas
DESPESA AGREGADA	Auditoria do 1º e do 2º turnos
PLANO INTERNO	1º Turno (SEG AUDIT1)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	2º Turno (SEG AUDIT2)
--	-----------------------

Subcláusula Quarta – As condições quanto à eventuais: reajuste, repactuação, reequilíbrio, revisão e quanto à outras eventuais alterações constam detalhadas na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – Quanto ao pagamento à CONTRATADA dos serviços efetivamente prestados, em cada um dos turnos, comprovados por meio do termo ou atestado de recebimento definitivo, deverá ser observado o que segue:

I. O pagamento será realizado em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo dos serviços executados em cada 1 (um) dos turnos;

II. O CONTRATANTE não se obrigará ao pagamento de Faturas/Notas Fiscais de serviços não autorizados ou não recebidos de forma definitiva pelo Fiscal do Contrato. Em todos os pagamentos serão aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços;

III. No ato do pagamento será verificada a regularidade fiscal, trabalhista e no CNJ da CONTRATADA. Caso haja alguma pendência que impeça o pagamento o gestor do contrato notificará a contratada determinando providências de regularização, estabelecendo prazo para tal. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado;

IV. Extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a Nota Fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

V. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

VI. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

VII. A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência;

VIII. Os pagamentos serão realizados mediante ordem bancária, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente;

IX. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento; e

X. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada neste instrumento contratual.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 67 da Lei 8666/93)

CLÁUSULA OITAVA – No TRE-RO, a gestão e a fiscalização desta Contratação serão exercidas Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica - CAUVE e pela titular da Coordenadoria de Material de Patrimônio - COMAP, ou pelos respectivos substitutos legais, na ausência dos titulares mencionados, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e em suas alterações.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula única - A atuação ou a eventual omissão da Gestão e da Fiscalização durante a execução desta contratação não poderão ser invocadas para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – São obrigações do CONTRATANTE:

- a)** realizar reunião prévia com a CONTRATADA para conhecimento do local da montagem dos equipamentos e outros informes que julgar necessários;
- b)** disponibilizar, no mínimo com 01 (um) dia de antecedência, os locais nos quais ocorrerão as filmagens, dotados de alimentação elétrica necessária aos equipamentos e com estrutura de apoio ao trabalho da equipe da CONTRATADA;
- c)** autorizar o acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações do Tribunal, alertando sobre as normas aplicáveis;
- d)** fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas ao objeto do contrato que possa influir na execução dos serviços;
- e)** autorizar a execução dos serviços e, nos dias de eleições, o início das filmagens;
- f)** promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte CONTRATADA;
- g)** receber os arquivos contendo as filmagens originais em *HD* ou outro dispositivo compatível identificado, acondicionados em embalagem, ou arquivos em extensão mp4, contendo o material bruto gravado durante a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, observando que:
 - i. o gestor ou fiscal da contratação efetuará o recebimento provisório no ato da entrega da fatura e dos arquivos digitais gravados, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório;
 - ii. o recebimento provisório não implica na aceitação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- iii. o gestor ou fiscal da contratação efetuará o recebimento definitivo dos serviços, vídeos, materiais ou produtos entregues, após a verificação do cumprimento de todas as obrigações e especificações definidas no Termo de Referência e da proposta da CONTRATADA, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo;
- h)** recusar, mediante emissão de Termo de Recusa emitido pela Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica do TRE-RO, os serviços, vídeos, materiais ou produtos entregues e/ou serviços prestados em que se tenha constatado, observando que:
- i. produtos/serviços em desacordo com especificações estabelecidas no termo de referência e na proposta da CONTRATADA;
 - ii. produtos/serviços que apresentarem quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.
- i)** efetuar o pagamento dos serviços efetivamente prestados, em cada um dos turnos, comprovados por meio do termo ou atestado de recebimento definitivo, observadas as regras pactuadas;
- j)** cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contratual;
- k)** Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito, notificando-a quando da constatação de qualquer pendência;
- l)** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- m)** Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos; e
- n)** Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – São obrigações da CONTRATADA:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a)** executar os serviços nas condições, circunstâncias, preços, prazos e datas e equipamentos requeridos pela Administração pública, conforme condições estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência;
- b)** cumprir, na eventualidade de subcontratação parcial dos serviços, os estritos termos disciplinados no contrato para essa operação;
- c)** comparecer às reuniões prévias convocadas pelo gestor ou fiscal do contrato, para alinhamento da montagem dos equipamentos;
- d)** preparar, no máximo até a véspera do dia da eleição, o ambiente de filmagem, deixando-o pronto para execução dos serviços, instalando e testando todos os equipamentos necessários conforme orientação da Comissão de Auditoria das Urnas;
- e)** providenciar os equipamentos e os necessários para garantir a continuidade das filmagens mesmo com a falta de energia elétrica externa, em cumprimento ao que ficar definido previamente entre a contratada e a Comissão de Auditoria das Urnas;
- f)** apresentar todos os membros da equipe de filmagem devidamente identificados, os quais deverão comparecer ao local dos trabalhos, previamente informados, nos horários e datas definidos no item 2.2 do Termo de Referência. A equipe deverá permanecer no local de realização dos trabalhos até o seu término e liberação pelo Presidente da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas.
- g)** responsabilizar pelo funcionamento adequado de todos os equipamentos utilizados na prestação dos serviços, bem como qualquer material essencial ao funcionamento dos equipamentos, como baterias, pilhas, cabeamento, cartões de memórias e outros assemelhados, sendo de sua responsabilidade a troca e/ou reposição;
- h)** o(s) profissional(is) designado(s) pela CONTRATADA para os serviços deverá(ão) estar no local e horário indicados pelo gestor ou fiscal do contrato, no mínimo, com 1 (uma) hora de antecedência do início da abertura da seção eleitoral para a "auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso";
- i)** arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução do contrato;
- j)** entregar à Presidente da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas, no prazo determinado os arquivos contendo as filmagens originais em *HD* ou outro dispositivo compatível identificado, acondicionados em embalagem, ou arquivos em extensão mp4, contendo o material bruto gravado durante a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso;

k) manter estrito sigilo e confidencialidade acerca do material produzido nas filmagens, os quais, embora tenham natureza de informação pública, somente podem ser divulgados pela própria Justiça Eleitoral;

l) apagar, destruir ou deletar, após o termo de recebimento definitivo do contratante, todos os registros de imagens ou áudios captados durante a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso;

m) responsabilizar-se por todos os danos de qualquer natureza, inclusive morais, em função da divulgação de imagens ou áudios captados durante auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso;

n) responsabilizar-se pelos danos causados ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o contratante fiscalizar e acompanhar a execução dos referidos serviços;

o) aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.666/93;

p) sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do contratante, prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

q) manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do certame licitatório, comprometendo-se a comunicar ao contratante qualquer alteração superveniente impeditiva de manutenção dessas condições e a apresentar os comprovantes de regularidade do FGTS, INSS, Tributos Federais, obrigações trabalhistas e CNJ;

r) Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE de Rondônia;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

s) Cumprir as demais obrigações previstas no edital, no contrato, nas normas e legislações aplicadas aos serviços.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Pelo eventual descumprimento dos prazos e condições previstas nesta carta-contrato, no Edital e seus anexos e na proposta, a CONTRATADA se sujeita à aplicação das penalidades ora previstas.

Subcláusula Primeira - O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

I - Preparação dos ambientes até a véspera do dia da eleição (1º turno)

- ocorrência de atraso: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato;

II - Serviços das filmagens: Não iniciar os trabalhos de filmagens das atividades de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso no horário determinado pelo fiscal do contrato: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato;

III - Presença dos profissionais: Ausentarem-se da sala os profissionais que estiverem operando os equipamentos durante a filmagem dos trabalhos da auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, sem a permanência de um substituto automático: multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, por cada ausência, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato;

IV - Entrega dos materiais produzidos: Descumprir o prazo para entrega dos arquivos contendo as filmagens originais em *pendrive*, *HD* ou outro dispositivo compatível identificado, acondicionados em embalagem, ou arquivos em extensão mp4, contendo o material bruto gravado durante a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato;

V - Descumprir as demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato, conforme segue:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Até 2 (dois) descumprimentos, multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor total do contrato;
- b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos, multa de 3% (três por cento) apurada sobre o valor total do contrato;
- c) De 4 (quatro) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 5% (cinco por cento) apurada sobre o valor total do contrato;
- d) A ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco): multa de 10% (dez por cento) e poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

Subcláusula Segunda - Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

I - Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

II - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

III - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10.520/02)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Subcláusula Quarta - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no Termo de Referência respectivo como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta carta-contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

Subcláusula Quinta - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU nº 567/2015-Plenário).

Subcláusula Sexta - A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

Subcláusula Sétima - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Oitava - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do TRE-RO, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Nona - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Primeira - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Segunda - As multas e demais sanções previstas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros

Subcláusula Décima Terceira - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

Subcláusula Décima Quarta – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-la.

DA RESCISÃO CONTRATUAL
(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira – A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos respectivos, desde que haja conveniência da Administração CONTRATANTE; e
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta contratação, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quinta - Por se tratar de contrato de escopo, com previsão de prestação de serviços em data específica, não há previsão de reajuste de preços. Em princípio os preços dos serviços serão fixos e irreajustáveis. Na ocorrência excepcional de prorrogação do contrato, os valores dos serviços prestados após o período de 1 (um) ano, contado da apresentação da proposta (igual à data da abertura do certame), poderão ser reajustados pela variação do Índice de Preços ao Consumidor amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Item 9.2.1 do Acórdão TCU n. 73/2010-Plenário), em nenhuma das modalidades, independente de eventuais prorrogações de prazo de execução.

Subcláusula Sexta - Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sétima – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;
3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;
4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;
5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;
7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;
2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e
2. Pelo CONTRATANTE, o servidor designado pela Administração do TRE-RO.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - À execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Licitação respectivo e seus Anexos, na Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos) e 10.520/2002 (Pregão Eletrônico), 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), Decretos Federais 3555/2000, 9507/2018 e 10.024/2019, Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, Resolução TSE 23.702/2022, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta carta-contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 31 de agosto de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	RAFAEL MAIA BATISTA FERREIRA Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 01/09/2022, às 14:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL MAIA BATISTA FERREIRA, Usuário Externo**, em 01/09/2022, às 14:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 01/09/2022, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 01/09/2022, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0890510** e o código CRC **A7AAF8EB**.

0002835-64.2021.6.22.8000

0890510v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1. INTRODUÇÃO

a) Em cumprimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002 e **art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal nº 10.024/2019**, bem como ao Decreto n. 7.892/2013, elaboramos o presente Termo de Referência com os elementos necessários à **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS** para eventual contratação de empresa especializada na **prestação** de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissão ao vivo para atender demandas da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas do TRE-RO.

2. OBJETO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.1. Prestação de serviços ininterruptos de filmagem, com captação sem cortes de imagens e sons, fornecimento do conteúdo gravado na íntegra, sem edição, para atendimento dos trabalhos da Comissão de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso nas Eleições de 2022, de acordo com as descrições e quantidades relacionadas no quadro abaixo:

ITEM lote único	OBJETO (detalhamento do serviço no item 2.2)	Forma de medição	Quantidade
1	<p>Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de sorteio das urnas eletrônicas que serão auditadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube.</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">• Sábado, dia 01/10/2022, de 9h às 12h, 1º turno das Eleições 2022.• Sábado, dia 29/10/2022, de 9h às 12h, 2º turno das Eleições 2022, se houver.	3 horas de gravação por turno	2 turnos
2	<p>Serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de até 3 minutos das captações de imagens, vídeos e sons do recolhimento das urnas eletrônicas sorteadas, diretamente nas escolas, cartórios, ou locais de votação, em locais a ser indicado pelo Presidente da Comissão de Auditoria e dos trabalhos da comissão no domingo de eleição.</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">• Sábado e domingo, dia 01 e	até 3 minutos de vídeo editado por turno	2 turnos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>02/10/2022, 1º turno das Eleições 2022.</p> <ul style="list-style-type: none">Sábado e domingo, dia 29 e 30/10/2022, 2º turno das Eleições 2022, se houver.		
3	<p>Serviço de filmagem e monitoramento com imagens, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, do ambiente de guarda das urnas sorteadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube.</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">Sábado, dia 01/10/2022, de 13h às 6h do domingo, 1º turno das Eleições 2022.Sábado, dia 29/10/2022, de 13h às 6h do domingo, 2º turno das Eleições 2022, se houver.	<p>17 horas de monitoramento por turno</p>	<p>2 turnos</p>
4	<p>Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, para auditoria de 20 (vinte) urnas eletrônicas, sendo um conjunto de equipamentos de filmagem e repetição das imagens da urna filmada diretamente na TV. O ambiente e os trabalhos da comissão de auditoria serão transmitidos ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube, pela contratada.</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">Domingo, dia 02/10/2022, de 6h às 18h, 1º turno das	<p>20 urnas por turno - total de 40 urnas</p>	<p>2 turnos</p>

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Eleições 2022. <ul style="list-style-type: none">• Domingo, dia 30/10/2022, de 6h às 18h, 2º turno das Eleições 2022, se houver.		
5	Serviço de locação e instalação de painel de LED (dimensões a partir de 3m x 5m) para transmissão dos trabalhos da Comissão de Auditoria, e divulgação das filmagens ao vivo (item 4). Data de realização dos serviços: <ul style="list-style-type: none">• Domingo, dia 02/10/2022, de 6h às 18h, 1º turno das Eleições 2022.• Domingo, dia 30/10/2022, de 6h às 18h, 2º turno das Eleições 2022, se houver.	unidade	6 telões

2.2. ESPECIFICAÇÃO E DETALHAMENTO DO OBJETO:

ITEM lote único	OBJETO - Detalhamento do serviço	Forma de medição	Quantidade	Detalhamento dos serviços a serem realizados pela contratada
1	Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes,	3h	3 horas de gravação por turno	A contratada deverá fornecer todo o material necessário para cumprimento deste item, cujos custos, operacionais, impostos, taxas e transporte deverão estar considerados em sua proposta. Detalhamento do serviço: 1. 3 horas de filmagem com câmeras de alta resolução definição HDV/fullHD; 2. A proposta deverá considerar 2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sem edição, d os trabal hos de sorteio d as urnas eletrônica s que serão auditadas , com transmiss ão ao vivo no canal oficial do TRE- RO no YouTube .				<p>serviços de filmagem, de 3 horas de duração (9h às 12), para cada sábado de evento, véspera de eleição.</p> <p>3. Gravação de imagem e voz, com resultado de qualidade para transmissão nas redes sociais do TRE.</p> <p>4. Disponibilização de uma cópia original, com fornecimento de <i>HD</i> externo contendo o material bruto gravado durante o sorteio, em até 24 horas após o término dos trabalhos de filmagem.</p> <p>5. Cabeamento e outros equipamentos necessários à execução dos serviços.</p> <p>6. A contratada deverá realizar a montagem e instalação dos equipamentos dois dias antes do dia dos sorteios e realizar os testes de funcionamento;</p> <p>7. Os serviços de filmagem ininterrupta dos procedimentos de sorteio deverão ser iniciados às 09 horas, e término às 12h, podendo se estender e ultrapassar o horário, condicionado a intercorrências, se houver, sem custo adicional para o contratante;</p> <p>8. Caso algum equipamento apresente defeito durante os trabalhos, a contratada deverá substituí-lo no prazo máximo de 10 minutos, para que não prejudique ou atrase os trabalhos da comissão de auditoria, sem qualquer ônus para o contratante;</p> <p>9. Disponibilização de, no mínimo, 2 (dois) técnicos habilitados na operacionalização dos equipamentos de filmagem e gravação além dos cinegrafistas, e permanência no local da Cerimônia do Sorteio;</p> <p>10. A Cerimônia de Sorteio</p>
--	--	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>será realizada na cidade de Porto Velho, no auditório do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, localizado na Av. Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa da União, CEP: 76.805-859 ou em outro endereço na mesma cidade, informado previamente pelo fiscal do contrato;</p> <p>11. O serviço de filmagem do primeiro e segundo turnos somente serão pagos se efetivamente utilizados;</p> <p>12. Transmissão das filmagens, ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube, que contará com o auxílio de acesso pela Seção de Comunicação do TRE.</p> <p>13. A contratada deverá dispor de link de redes móveis de internet com as configurações mínimas para execução dos serviços exigidos neste item.</p>
2	Serviço de filmagem com imagens, sons, gravação, finalização, edição do recolhimento das urnas eletrônicas sorteadas, diretamente nas escolas, cartórios, ou locais de	até 3 minutos de vídeo editado por turno	10 minutos	<p>A contratada deverá fornecer todo o material necessário para cumprimento deste item, cujos custos operacionais, impostos, taxas, alimentação, diárias por deslocamento intermunicipal dentro do Estado de Rondônia, deverão estar todos considerados em sua proposta, e:</p> <p>1. O técnico responsável pela filmagem se deslocará no mesmo veículo utilizado pelo membro da comissão que recolherá a urna e o ônus com o transporte será de responsabilidade da contratante;</p> <p>2. Os custos operacionais, impostos, taxas, alimentação, diárias pelo deslocamento do técnico, em viagem intermunicipal, dentro do Estado de Rondônia, serão de responsabilidade da contratada, e devem estar inclusos no valor da</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>votação, em locais a ser indicado pelo President e da Comissão de Auditoria .</p>			<p>proposta.</p> <p>3. Filmagem com câmeras de alta resolução definição HDV/fullHD;</p> <p>4. Filmagem e gravação do momento do recolhimento da urna sorteada e do momento de sua chegada ao ambiente de auditoria;</p> <p>5. Filmagem dos trabalhos da comissão de auditoria no domingo de eleição;</p> <p>6. Disponibilização das imagens produzidas das urnas recolhidas, podendo ser até 5 urnas, com deslocamento simultâneo de equipes, com fornecimento do video final em até 5 dias úteis após os serviços.</p> <p>7. O produto final será um video com até 3 minutos de edição, com pré-argumento, roteiro, produção e edição final, sonora de servidores, autoridades, e outros participantes elaborados pela contratada.</p> <p>8. Fornecer cabeamento e outros equipamentos necessários à execução dos serviços.</p> <p>9. A filmagem do recolhimento das urnas poderá ocorrer em qualquer município do Estado de Rondônia, a depender do local em que se encontrará a urna que será sorteada, sendo que, em caso de contratação da filmagem de 5 urnas, o serviço ocorrerá de modo concomitante.</p> <p>10. O horário provável de saída da equipe para recolhimento da urna no interior do estado será às 12h, e o retorno no mesmo dia.</p> <p>11. A Administração não se obriga a contratar este item ou poderá executá-lo parcialmente, a depender do local do recolhimento da urna, de vaga no veículo oficial e de</p>
--	--	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				disponibilidade orçamentária para esta despesa.
3	Serviço de filmagem e monitoramento com imagens, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, do ambiente de guarda das urnas sorteadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube .	17h	2 turnos	<p>A contratada deverá fornecer todo o material necessário para cumprimento deste item, cujos custos operacionais, impostos, taxas, alimentação, serviço extraordinário e transporte são de responsabilidade e ônus da contratada e deverão ser considerados na proposta da licitante. Detalhamento do serviço:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Filmagem com câmeras de alta resolução definição HDV/fullHD;2. A proposta deverá considerar 2 serviços de filmagem, de 17 horas de duração, para cada sábado de evento, véspera de eleição;3. Os serviços de filmagem ininterrupta dos procedimentos iniciarão a partir da chegada da primeira urna sorteada (horário provável: 13h), e finalizará somente às 6h da manhã do domingo, quando iniciará o serviço de auditoria, item 4;4. Gravação de imagem com resultado de qualidade com transmissão ao vivo no canal do Youtube do TRE.5. Disponibilização de uma cópia original, com fornecimento de HD externo contendo o material bruto gravado durante o monitoramento, em até 24 horas após o término dos trabalhos de filmagem.6. Cabeamento e outros equipamentos necessários à execução dos serviços.7. A contratada deverá realizar a montagem e instalação dos equipamentos, na véspera do dia dos sorteios e realizar os testes de funcionamento;8. A contratada deverá



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>disponibilizar um técnico de plantão para direção da mesa de transmissão, durante o horário de monitoramento das urnas;</p> <p>9. Caso algum equipamento apresente defeito durante os trabalhos, a contratada deverá substituí-lo no prazo máximo de 10 minutos, para que não haja interrupção da transmissão pública da guarda das urnas que serão auditadas;</p> <p>10. Disponibilização de técnicos habilitados na operacionalização dos equipamentos de filmagem e gravação, e permanência no local.</p> <p>11. O ambiente a ser monitorado será de aproximadamente 5m², exigindo no mínimo duas câmeras. Podem ser utilizadas as mesmas câmeras do item 4.</p> <p>12. O ambiente de monitoramento será na cidade de Porto Velho em endereço a ser informado previamente pelo fiscal do contrato;</p> <p>13. O serviço de filmagem do primeiro e segundo turnos somente serão pagos se efetivamente utilizados;</p> <p>14. Transmissão das filmagens, ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube, que contará com o auxílio de acesso pela Seção de Comunicação do TRE.</p> <p>15. A contratada deverá dispor de link de redes móveis de internet com as configurações mínimas para execução dos serviços exigidos neste item.</p>
4	Serviço de captação de	12 horas	20 conjuntos/urnas,	A contratada deverá fornecer todo o material necessário para cumprimento deste item, cujos custos operacionais, impostos, taxas, alimentação, serviço



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, para auditoria de 20 (vinte) urnas eletrônicas, sendo um conjunto de equipamentos de filmagem e transmissão para cada urna auditada, com transmissão ao vivo no canal oficial do	por turno	extraordinário e transporte são de responsabilidade e ônus da contratada e deverão ser considerados na proposta da licitante. Detalhamento dos serviços: 1. 20 câmeras de alta resolução definição HDV/fullHD ou superior, com tripé, que será instalada para filmagem exclusivamente da tela da urna eletrônica auditada; 2. 20 microfones, tipo auricular, de lapela ou de mesa, com alta qualidade de captação de sons para uso pelo operador que votará na urna eletrônica; 3. 20 (vinte) aparelhos de TV, no mínimo 40" (quarenta polegadas), para monitoramento simultâneo com as imagens de cada câmera, posicionados em suporte com pedestal, próximo à respectiva urna eletrônica, e com as imagens expostas para o público presente; 4. Cartões de memória em todas as câmeras; 5. Disponibilização de uma cópia original, com fornecimento de <i>HD</i> externo contendo o material bruto gravado durante a Auditoria, em até 24 horas após o término dos trabalhos de filmagem. 6. Cabeamento e outros equipamentos necessários à execução dos serviços. 7. Os serviços serão realizados no domingo de eleição, de 6h às 18h; 8. A contratada deverá realizar a montagem e instalação dos equipamentos, dois dias antes do dia das Eleições do 1º turno e 2º, se houver - ou, antes se preferir, para que haja tempo hábil para os testes de equipamentos;
--	-----------	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TRE-RO no YouTube .				<p>9. Os serviços de filmagem ininterrupta dos procedimentos de auditoria deverão ser iniciados às 06 (seis) horas, início da votação, até às 18 (dezoito) horas, fim da votação, podendo ultrapassar o horário, em caso de intercorrências verificadas no momento da auditoria, sem que este acréscimo de horário acarrete custo adicional para a contratante;</p> <p>10. O posicionamento das câmeras, dos monitores e dos equipamentos de gravação será conforme as orientações da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica;</p> <p>11. Gravação de áudio e de vídeo por cada câmera, com captação independente e simultânea para cada urna eletrônica, com possibilidade de recuperação dos dados no decorrer dos trabalhos ou imediatamente após o seu final;</p> <p>12. O período de gravação deve ser equivalente à duração do procedimento de auditoria com garantia de continuidade, sem interrupções nem omissão de qualquer momento do transcurso dos trabalhos.</p> <p>13. Caso algum equipamento apresente defeito durante os trabalhos a contratada deverá substituí-lo no prazo máximo de dez minutos, para que não prejudique ou atrase os trabalhos da comissão de auditoria, sem que a substituição de aparelhos acarrete qualquer ônus para a contratante;</p> <p>14. Disponibilização de, no mínimo, 7 (sete) técnicos habilitados na operacionalização dos equipamentos de filmagem e gravação, e permanência no local dos serviços durante os trabalhos de</p>
---------------------	--	--	--	---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				<p>filmagens;</p> <p>15. Os serviços serão executados na cidade de Porto Velho, em endereço a ser informado previamente pelo fiscal do contrato;</p> <p>16. Transmissão das filmagens, ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube, que contará com o auxílio de acesso pela Seção de Comunicação do TRE.</p> <p>17. A contratada deverá dispor de links de redes móveis de internet com as configurações mínimas para execução dos serviços exigidos neste item.</p> <p>18. O serviço de filmagem do primeiro e segundo turnos somente serão pagos se efetivamente utilizados.</p>
5	<p>Serviço de locação e instalação de painel de LED (dimensões a partir de 3m x 5m) para transmissão dos trabalhos da Comissão de Auditoria, e divulgação das filmagens ao vivo (item 4).</p> <p>Data de</p>	3 telões	2 turnos	<p>A contratada deverá fornecer todo o material necessário para cumprimento deste item, cujos custos, operacionais, impostos, taxas e transporte deverão estar considerados em sua proposta. Detalhamento dos serviços:</p> <p>1. Contratação do serviço de locação e instalação de painel de LED (dimensões a partir de 3m x 5m) para divulgação dos trabalhos da Comissão de Auditoria na transmissão das imagens ao vivo da filmagem das urnas (item 4).</p> <p>2. Cabeamento e outros equipamentos necessários à execução dos serviços.</p> <p>3. Será de responsabilidade da contratada a locação, a montagem e instalação dos equipamentos, na véspera do dia da eleição, e a realização dos testes de funcionamento;</p> <p>4. Disponibilização de técnicos</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>realizaçã o dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">• Do min go, dia 02/1 0/20 22, de 6h à s 18h, 1º turn o das Elei ções 202 2.• Do min go, dia 30/1 0/20 22, de 6h à s 18h, 2º turn o das Elei ções 202			<p>habilitados na operacionalização dos equipamentos de e permanência no local.</p> <p>5. O ambiente de montagem e funcionamento do painel de LED será na cidade de Porto Velho em endereço a ser informado previamente pelo fiscal do contrato;</p> <p>6. O pagamento será considerado por unidade de painel contratado.</p> <p>7. A contratante não se obriga a contratação desse item, que estará condicionado à disponibilidade orçamentária.</p>
--	---	--	--	---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	2, se hou ver.			
--	-------------------------	--	--	--

2.2.3 DATAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

a) Os prazos e datas acima informados poderão sofrer alterações, mediante justificativa, para atendimento do interesse público, e conforme necessidade e conveniência para a administração, previamente comunicados à contratada, sem ônus para a contratante, respeitada a legislação correlata.

3. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

a) Necessidade:

A captação das imagens da "Auditoria de urnas" faz parte do procedimento de "auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso", de longa data adotado pela Justiça Eleitoral. Nas Eleições municipais de 2020, ela foi regulamentada pelos arts. 51 e sgs da Resolução TSE n. 23.260/2019.

Essa norma previa em seu art. 56 que, após sorteio, 3 (três) urnas seriam submetidas à auditoria em cada turno das eleições, na qual a filmagem de todos os trabalhos consta expresamente do § 2º do art. 61.

Por sua vez, na Eleições de 2022 essa atividade está disciplinada pela Resolução TSE n. 23.673/2021 e traz algumas alterações, registradas pelo Excelentíssimo Relator "(...) buscando ampliar a transparência dos processos implicados e facilitar a compreensão de suas mecânicas pela sociedade, reforçando, ainda mais, o elevado grau de integridade das eleições brasileiras."

Assim, a auditoria, sob responsabilidade da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica, responsabiliza-se pelo Teste de Autenticidade e Integridade das Urnas Eletrônicas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

No que importa diretamente a esta contratação, tem-se que o número de UEs que serão auditadas setuplicou. De acordo com o art. 58, inciso I, serão 20 (vinte) submetidas à auditoria de funcionamento, isso porque o Estado de Rondônia inclui-se entre as unidades da Federação com até 15.000 (quinze mil) seções eleitorais. Diante disso, verifica-se a obrigação da filmagem dos trabalhos da referida auditoria (§ 2º do art. 64 da Resolução TSE 23.673/2021).

Assim, ante a necessidade, para cumprimento da referida norma, será necessário realizar as gravações das imagens durante todo o período de trabalho da equipe da Auditoria de Urnas Eletrônicas no dia da eleição (1º turno, e 2º se houver), de modo a registrar, de forma transparente, o regular funcionamento das urnas eletrônicas em condições normais de uso, previsto no § 6º do art. 66 da Lei n. 9.504/1997.

As filmagens das votações nas 20 (vinte) Urnas Eletrônicas devem ocorrer sem interrupção dos serviços e com qualidade de captação. Por essa razão tais procedimentos deverão ser executados com uso de equipamentos de tecnologia moderna e por pessoal especializado, com conhecimento técnico na realização deste tipo de serviço.

b) Perspectiva do interesse público - a contratação objetiva a promoção da TRANSPARÊNCIA dos procedimentos do voto eletrônico:

A Auditoria do funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso com o Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas é um procedimento previamente normatizado por meio de resolução e executado pela Justiça Eleitoral, em todos os estados da Federação, no primeiro e no segundo turnos. No dia anterior à eleição, em local e horário previamente divulgados, é realizado o sorteio das seções eleitorais que serão submetidas às auditorias, de acordo com as regras definidas pela referida norma.

A ação que demanda a contratação se insere no campo da TRANSPARÊNCIA, necessária a toda atividade pública, e à qual também está submetida todas as fases do pleito eleitoral, especialmente nos tempos atuais que se intensificam questionamentos quanto à segurança do voto eletrônico.

II - Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Escolha da solução: Pela experiência da Justiça Eleitoral em eleições anteriores ficou demonstrado que não haveria como realizar o registro de todos os atos desse procedimento sem a contratação dos serviços de captação de imagens do ambiente montado para a execução da auditoria.

Por sua vez, o art. 64, § 2º da Resolução TSE n. 23.673/2021 estabelece que o procedimento da auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas será filmado pela Justiça Eleitoral ou por empresa contratada para esse fim e transmitida ao vivo através da rede mundial de computadores, sendo veiculada, preferencialmente, no canal oficial de cada Tribunal Regional Eleitoral no YouTube. ([Redação dada pela Resolução nº 23.687/2022](#)).

Esse é o meio seguro, eficaz e transparente para executar a auditoria da votação eletrônica e, ao final, constituir-se de um registro confiável de todos os seus atos, pois havendo questionamento por escrito quanto ao resultado da auditoria, o material permanecerá guardado até o trânsito em julgado da respectiva decisão.

Deve-se registrar que a Justiça Eleitoral de Rondônia não possui quadro técnico ou os equipamentos adequados para executar diretamente esses serviços.

Como os serviços de filmagem não podem ser interrompidos durante toda a votação e, ao final, as imagens captadas devem conter padrão de qualidade incontestável para possibilitar a eventual auditoria dos interessados, concluiu-se que a solução deve ser fornecida por empresa especializada, com recursos e profissionais técnicos na forma descrita neste ETP.

b) Práticas de sustentabilidade: Serão exigidos critérios de sustentabilidade **social e ambiental**.

O Princípio do Desenvolvimento Sustentável foi recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

Por sua vez o Art. 6º da Resolução CNJ n. 347/2020 estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem elaborar e implementar Planos de Logística Sustentável – PLS, cuja gestão está prevista no Art. 4º da Resolução CNJ n. 400/2021.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da Portaria TRE-RO n. 131/2020. Após consulta ao referido Plano, verificou-se que não há ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas à contratação destes serviços.

Todavia, o **Art. 21 da Resolução CNJ n. 400/2021** estatui que as aquisições e contratações realizadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, citando entre eles alguns que constam da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010 que, de igual forma, também dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

Nessa linha, como requisitos sociais e ambientais, a empresa prestadora dos serviços deverá:

- a) Usar equipamentos homologados pela Anatel e ABNT, no que diz respeito a normas ambientais;
- b) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- c) Todos documentos ou artefatos gerados pela contratada, salvo manifestação explícita pelo TRE-RO deverão ser entregues em formato digital respeitando-se as normas técnicas.

A qualquer momento, a fiscalização ou a gestão do contrato poderá realizar diligências e eventualmente notificar a empresa contratada para comprovar o cumprimento dessas exigências.

III - Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições (art. 7º, III, IN 40/20):



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) **Levantamento de mercado e alternativas possíveis:** Desconhece-se outra alternativa viável para o registro dos atos do funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, senão a captação profissional das imagens de todo o procedimento de votação o único meio eficaz para o registro das imagens de forma ininterrupta e com qualidade necessária para o processo de auditoria definido nas normas do TSE.

b) **Contratações similares por outros órgãos e entidade (Informação facultativa):** Praticamente todos os Tribunais Regionais Eleitorais brasileiros realizarão a contratação com essa modelagem se não dispuserem de pessoal e equipamentos técnicos próprios para atender a demanda. Ademais, o serviço nos moldes exigido é exclusivo da Justiça Eleitoral, com os elementos específicos exigidos, de modo que o preço praticado em cada TRE não pode ser utilizado como parâmetro de limite para a contratação por esta administração, haja vista o custo dos serviços e impostos e capacidade de execução (financeira e pessoal) da futura contratada, a depender do Estado da Federação no qual o serviço será executado.

3.2 DA AGLUTINAÇÃO DOS ITENS EM LOTE ÚNICO.

a) Em relação ao **Lote único**, a empresa contratada seguirá tecnicamente um objetivo para a realização dos serviços, sob a coordenação da Comissão de Auditoria de Urnas, qual seja dar publicidade e transparência aos trabalhos de auditoria das Urnas Eletrônicas. De modo que implicará nas captações das imagens e sons, filmagem das cerimônias de sorteio, de auditoria e de recolhimento das urnas, na adoção de diversas medidas técnicas necessárias à execução dos trabalhos que se comunicam entre si, com a transparência das informações a serem repassadas para a sociedade, não ficando isoladas em cada item, mas correspondendo-se quando desmembradas em cinco etapas de serviços, que iniciam no sábado, véspera das eleições, e se encerram no domingo, após a auditoria das vinte urnas sorteadas. Pela natureza desse serviço de filmagem do sorteio, recolhimento das urnas, filmagem das urnas sob vigilância, e a filmagem da auditoria, não é viável uma contratação por itens, sob pena de comprometer a qualidade técnica dos serviços a serem prestados.

b) Isto posto, há uma identidade entre captações realizadas e produto final, inclusive a ser editado em material audiovisual, não indo ao encontro dos objetivos pretendidos neste TR.

c) Desta forma, justifica-se tal aglutinação por:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) **Aspectos técnicos:** A prestação dos serviços de filmagem que integram um lote por uma única contratada permitirá a manutenção de padrão de qualidade uniforme na sua execução e, conseqüentemente, padronização, principalmente, dos elementos técnicos, facilitando a futura utilização das mídias no relatório de gestão, e em apresentação de boas práticas do órgão. Além disso, essa solução elimina a possibilidade de uma empresa executar a captação com má qualidade, prejudicando outra na edição final.

e) **Economicidade:** Certamente os serviços, por suas especificidades, exigem profissionais com habilitação técnica adequada, sendo público e notório, que a remuneração dos profissionais é parte relevante dos custos dos serviços. A divisão do objeto em diversos itens, exigiria que cada uma das vencedoras de itens isolados tivesse que considerar tal custo em suas propostas, situação que oneraria sobremaneira o valor total da contratação.

f) Nesses termos, é técnica e economicamente justificável que os serviços que compõem o lote 1 devam ser prestados por uma única empresa.

g) Por sua vez, a formação deste lote em específico não ocasionará redução de competitividade no certame exatamente pela quantidade serviços dos itens agrupados nos lotes, tornando-os atraentes para as empresas do ramo do objeto a ser licitado.

3.2 ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

I - Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário, obtidos após a fase de Estudo técnico preliminar (ETP).

II - Além disso, o objeto deste Termo de Referência vai ao encontro das premissas do PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026 - MAPA ESTRATÉGICO DE CONTRATAÇÕES:

1. **CLIENTE:** Aprimorar as aquisições e contratações - Garantir o desempenho dos produtos e serviços contratados - Garantir a qualidade dos produtos e serviços contratados.
2. **SOCIEDADE:** Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade e Comunicação eficaz;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. **COMUNICAÇÃO EFICAZ:** com a adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do TRE-RO como instituição garantidora de direitos;
4. **VALORES:** Acessibilidade, agilidade, eficiência, ética, imparcialidade, inovação, integridade, segurança jurídica, sustentabilidade, transparência

III - A contratação consta no Planejamento Anual das Contratações para 2022 ([0725352](#)).

4. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1 O valor total estimado da contratação é de **R\$ 259.608,00** (duzentos e cinquenta e nove mil seiscentos e oito reais), conforme detalhamento contido na **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO** juntada no evento [0831556](#), e reproduzido apenas o valor final no quadro adiante:

ITEM	OBJETO (detalhamento do serviço no item 2.2)	Forma de medição	Quantidade	Valor estimado unitário	total por item
1	Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de sorteio das urnas eletrônicas que serão auditadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube. Os serviços serão	3 horas de gravação por turno - a proposta deverá considerar cada turno de trabalho	2 turnos	R\$ 6.444,00	R\$12.888,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	realizados no sábado, dia 01/10/2022, de 9h às 12h, 1º turno e 29/10/2022, de 9h às 12h, 2º turno das Eleições 2022, se houver.				
2	Serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 3 minutos das captações de imagens, vídeos e sons do recolhimento das urnas eletrônicas sorteadas, diretamente nas escolas, cartórios, ou locais de votação, em locais a ser indicado pelo Presidente da Comissão de Auditoria. Estes serviços serão realizados no sábado, véspera da eleição - 1º e 2º turno das Eleições 2022.	até 3 minutos de vídeo editado por turno - a proposta deverá ser considerar o valor por minuto	10 minutos	R\$ 1.600,00	R\$ 16.000,00
3	Serviço de filmagem e monitoramento com imagens, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, do ambiente de guarda das urnas sorteadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube. Os serviços de filmagem	17 horas de monitoramento por turno - a proposta deverá considerar cada turno de trabalho	2 turnos	R\$ 6.500,00	R\$13.000,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	iniciarão às 13h do sábado e encerrarão às 6h do domingo, 1º turno e 2º turno das Eleições 2022.				
4	Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, para auditoria de 20 (vinte) urnas eletrônicas, sendo um conjunto de equipamentos de filmagem e transmissão para cada urna auditada, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube. Os serviços serão realizados no domingo, 1º turno, dia 02/10/2022, de 6h às 18h, e dia 30/10/2022, de 6h às 18h, 2º turno das Eleições 2022, se houver.	20 urnas por turno - a proposta deverá considerar 40 urnas	2 turnos	R\$ 4.768,00	R\$ 190.720,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5	Serviço de locação e instalação de painel de LED (dimensões a partir de 3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição e para uso pela Comissão de Auditoria na divulgação das filmagens ao vivo (item 7), no dia 02/10/2022 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2022.	unidade	6 telões	R\$ 4.500,00	R\$27.000,00
					R\$ 259.608,00

4.1. a) O objeto registrado na Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à sua contratação.

4.2. DA CLÁUSULA DE ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

A contratação do serviço detalhado neste termo de referência está prevista no planejamento orçamentário desta unidade, despesa custeada pelo Orçamento de Pleitos Eleitorais do exercício de 2022, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Pleito Eleitoral 2022
AGREGADOR	Despesas Diversas
DESPESA AGREGADA	Auditoria do 1º e do 2º turnos
PLANO INTERNO	1º Turno (SEG AUDIT1) - R\$ 15.000,00 2º Turno (SEG AUDIT2) - R\$ 15.000,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Total para programação	Decreto Federal 7892/2013, art. 7º do § 2º: Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

4.3 CRONOGRAMA DE CONTRATAÇÃO.

DATA ESTIMADA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS			
ITEM	OBJETO (detalhamento do serviço no item 2.2)	1º turno das Eleições - 01/10/2022	1º turno das Eleições - 29/10/2022, se houver
1	<p>Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de sorteio das urnas eletrônicas que serão auditadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube.</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">Sábado, dia 01/10/2022, de 9h às 12h, 1º turno das Eleições 2022.Sábado, dia 29/10/2022, de 9h às 12h, 2º turno das Eleições 2022, se	3 horas de gravação por turno	3 horas de gravação por turno

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	houver.		
2	<p>Serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de até 3 minutos das captações de imagens, vídeos e sons do recolhimento das urnas eletrônicas sorteadas, diretamente nas escolas, cartórios, ou locais de votação, em locais a ser indicado pelo Presidente da Comissão de Auditoria e dos trabalhos da comissão no domingo de eleição.</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">• Sábado e domingo, dia 01 e 02/10/2022, 1º turno das Eleições 2022.• Sábado e domingo, dia 29 e 30/10/2022, 2º turno das Eleições 2022, se houver.	até 3 minutos de vídeo editado por turno	até 3 minutos de vídeo editado por turno
3	<p>Serviço de filmagem e monitoramento com imagens, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, do ambiente de guarda das urnas sorteadas, com transmissão ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube.</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">• Sábado, dia 01/10/2022, de 13h às 6h do domingo, 1º turno das Eleições 2022.• Sábado, dia	17 horas de monitoramento por turno	17 horas de monitoramento por turno

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	29/10/2022, de 13h às 6h do domingo, 2º turno das Eleições 2022, se houver.		
4	<p>Serviço de captação de imagens, sons, gravação e finalização dos vídeos sem cortes, sem edição, dos trabalhos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, para auditoria de 20 (vinte) urnas eletrônicas, sendo um conjunto de equipamentos de filmagem e repetição das imagens da urna filmada diretamente na TV. O ambiente e os trabalhos da comissão de auditoria serão transmitidos ao vivo no canal oficial do TRE-RO no YouTube, pela contratada.</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">• Domingo, dia 02/10/2022, de 6h às 18h, 1º turno das Eleições 2022.• Domingo, dia 30/10/2022, de 6h às 18h, 2º turno das Eleições 2022, se houver.	20 urnas por turno - total de 40 urnas	20 urnas por turno
5	<p>Serviço de locação e instalação de painel de LED (dimensões a partir de 3m x 5m) para transmissão dos trabalhos da Comissão de Auditoria, e divulgação das filmagens ao vivo (item 4).</p> <p>Data de realização dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">• Domingo, dia 02/10/2022, de 6h às	2 telões	2 telões



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	18h, 1º turno das Eleições 2022. • Domingo, dia 30/10/2022, de 6h às 18h, 2º turno das Eleições 2022, se houver.		
--	---	--	--

4.4 O objeto registrado na Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à sua contratação.

5. DO CERTAME LICITATÓRIO

5.1. ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

I - Tratando-se de serviços com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado e não havendo aferição de outros fatores que possam influenciar no seu preço final, com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/2002, propõe a adoção da modalidade licitatória de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, **POR LOTE**, na forma de **EXECUÇÃO INDIRETA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, consoante as condições definidas neste TR.

II - Deverá ser adotada modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

III - NÃO DIVULGAÇÃO DOS PREÇOS ESTIMADOS: Na busca da proposta mais vantajosa por meio da disputa dos licitantes, opina-se pela não divulgação do preço estimado dos serviços (Art. 15, §1º e §2º, do Decreto Federal n. 10.024/2019; Acórdão TCU n. 2898/2008 – Plenário).

5.2 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

I - A aceitação das propostas deverá obedecer às regras dos edital do certame;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Os preços apresentados pelos licitantes deverão cobrir todos os custos de materiais e serviços exigidos neste TR, abrangendo os custos com equipamentos e ferramentas, inclusive para reserva técnica, transportes, mão de obra, encargos tributários e sociais aplicáveis, enfim tudo quanto for necessário para garantir a execução e qualidade dos serviços;

III - O valor estimado para os itens é o parâmetro máximo para aceitação do preço do lote a ser utilizado pelo pregoeiro, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto;

IV - Sob pena de desclassificação da proposta, a licitante, deverá obrigatoriamente cotar todos os itens de serviços que integram o lote único.

VI - Sagrar-se-á vencedor do certame a licitante que ofertar o menor preço para a execução dos serviços que compõe o **lote**, observado ainda os valores máximos estimados para cada item que o compõe e de acordo com as especificações dos serviços definidas neste Termo de Referência;

VI - O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação. A adjudicatária se comprometerá a iniciar e concluir os serviços nos locais e prazos definidos neste TR.

5.3. DA HABILITAÇÃO: Visando aferir a regularidade dos licitantes, deverão ser apresentados, para habilitação, sem prejuízo de outros documentos legalmente exigíveis:

I - HABILITAÇÃO JURÍDICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E FISCAL: De acordo com as regras padrões do edital.

II - DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:

Para o item 4 do objeto: Com vistas a aferir a capacidade técnica-operacional da empresa deverá a licitante, sob pena de inabilitação, apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica em seu nome, comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com os serviços descritos neste TR.

i) Considera-se desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, a comprovação de execução de serviços de filmagem ininterrupta de, no mínimo 10 (horas) horas, na qual tenha sido utilizado equipamentos para captação de áudio por meio de microfones e vídeo por câmera alta definição HDV/fullHD.

ii) Os atestados poderão ser provenientes de pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a licitante tenha prestado ou esteja



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prestando serviço similar de complexidade operacional equivalente ou superior.

iii) Tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório.

5.4 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DO CONTRATO, DA EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

1. A presente solicitação deverá ser processada através do Sistema de Registro de Preços. Ao final do certame, depois de homologada a licitação, será lavrada Ata de Registro de Preços firmando o compromisso de contratação, conforme estabelecido pelo Decreto 7.892/2013.
2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.
3. Em decorrência da Ata de Registro de Preços e havendo necessidade de contratação, nos termos do artigo 62 da Lei 8.666/93, será lavrado instrumento contratual para regular a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.
4. O prazo de vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de assinatura.
5. Os prazos de execução e vigência do contrato poderão ser prorrogados mediante justificativa e conforme necessidade da administração, devidamente registrados em processo e previstos no § 1º do art. 57, da Lei nº 8.666/93;

5.5 – DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

1. É conveniente para a Administração que o serviço ora solicitado possa ser adquirido de forma parcelada pelas seguintes razões:
2. A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto 7892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa esperar que se libere o orçamento da União para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que as contratações ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em eficiência nas atividades administrativas.

3. A formação de registro de preços permite a adequação à necessidade do Comissão de Auditoria de urnas, de modo que a contratação dos serviços será feita em tempo hábil, de acordo com o local em que será realizada a auditoria.

4. Dadas as circunstâncias, entende-se pertinente a adoção do sistema de registro de preços, fundada no art. 3º e incisos, do Decreto 7.892/2013.

5.6. DO REGISTRO DE “IRP” E DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME

1. Em atenção ao disposto no art. 4º do Decreto 7.892/2013, a unidade demandante manifesta-se pelo **não registro de Intenção de Registro de Preços (IRP)**, em razão do prazo de oito dias úteis, que implicará na retardamento do prazo de publicação do edital, de abertura das propostas e de assinatura da ARP, e consequentemente ocasionará risco de demora na assinatura do contrato. Importante consignar, que esta licitação está sendo repetida, uma vez que já ocorreu o Pregão 08/2022, no entanto, em razão da alteração na Resolução 23.673/2021, ocorrida em 31/03/2022, está sendo necessário realizar um novo processo licitatório.

2. Outrossim, durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50%(cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5. Ademais, para o procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, com as alterações promovidas pelo Decreto 9.488/2018 e na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

6. DO CONTRATO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.1. PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À ASSINATURA DO CONTRATO:

I - Na forma do art. 62 da Lei n. 8.666/93, será firmado contrato com a adjudicatária. No ato da assinatura do contrato deverá ser comprovada a regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a adjudicatária deverá regularizar sua situação em até 05 (cinco) dias.

II - Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO;

III - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;

IV - O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato (§ 2º do art. 48 do Decreto n. 10.024/2019), sujeitando-se também a adjudicatária à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

6.2. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DA VIGÊNCIA, ALTERAÇÕES E EVENTUAL REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

a) O prazo de vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua assinatura.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Os prazos de execução e vigência do contrato poderão ser prorrogados mediante justificativa e conforme necessidade da administração, devidamente registrados em processo e previstos no § 1º do art. 57, da Lei nº 8.666/93;

II - ALTERAÇÕES: Havendo necessidade e justificativa, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93.

III - REAJUSTE: Por se tratar de contrato de escopo, com previsão de prestação de serviços em data específica, não há previsão de reajuste de preços. Em princípio os preços dos serviços serão fixos e irrevogáveis. Na ocorrência excepcional de prorrogação do contrato, os valores dos serviços prestados após o período de 1 (um) ano, contado da apresentação da proposta (igual à data da abertura do certame), poderão ser reajustados pela variação do Índice de Preços ao Consumidor amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (*Item 9.2.1 do Acórdão TCU n. 73/2010-Plenário*)., em nenhuma das modalidades, independente de eventuais prorrogações de prazo de execução.

IV - REEQUILÍBRIO: Admite-se eventual reequilíbrio econômico-financeiro na forma e condições previstas pelo art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93.

6.3. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a) realizar reunião prévia com a contratada para conhecimento do local da montagem dos equipamentos e outros informes que julgar necessários;

b) disponibilizar, no mínimo com 01 (um) dia de antecedência, os locais nos quais ocorrerão as filmagens, dotados de alimentação elétrica necessária aos equipamentos e com estrutura de apoio ao trabalho da equipe da contratada;

c) autorizar o acesso dos empregados da contratada às instalações do Tribunal, alertando sobre as normas aplicáveis;

d) fornecer à contratada todas as informações relacionadas ao objeto do contrato que possa influir na execução dos serviços;

e) autorizar a execução dos serviços e, nos dias de eleições, o início das filmagens;

f) promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte contratada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

g) receber os arquivos contendo as filmagens originais em *HD* ou outro dispositivo compatível identificado, acondicionados em embalagem, ou arquivos em extensão mp4, contendo o material bruto gravado durante a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso;

i. o gestor ou fiscal da contratação efetuará o recebimento provisório no ato da entrega da fatura e dos arquivos digitais gravados, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório;

ii. o recebimento provisório não implica na aceitação;

iii. o gestor ou fiscal da contratação efetuará o recebimento definitivo dos serviços, vídeos, materiais ou produtos entregues, após a verificação do cumprimento de todas as obrigações e especificações definidas neste Termo de Referência e da proposta da contratada, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo;

h) recusar, mediante emissão de Termo de Recusa emitido pela Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica do TRE-RO, os serviços, vídeos, materiais ou produtos entregues e/ou serviços prestados em que se tenha constatado:

i. produtos/serviços em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;

ii. produtos/serviços que apresentarem quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso;

i) efetuar o pagamento dos serviços efetivamente prestados, em cada um dos turnos, comprovados por meio do termo ou atestado de recebimento definitivo, observadas as seguintes regras:

i. O pagamento será realizado em até 5 dias úteis após o recebimento definitivo dos serviços executados em cada um dos turnos;

ii. O contratante não se obrigará ao pagamento de Faturas/Notas Fiscais de serviços não autorizados ou não recebidos de forma definitiva pelo Fiscal do Contrato. Em todos os pagamentos serão aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços;

iii. No ato do pagamento será verificada a regularidade fiscal, trabalhista e no CNJ da Contratada. Caso haja alguma pendência que impeça o pagamento o gestor do contrato notificará a contratada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

determinando providências de regularização, estabelecendo prazo para tal. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado;

iv. Extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a Nota Fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

v. Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

vi. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

vii. A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

6.4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) executar os serviços nas condições, circunstâncias, preços, prazos e datas e equipamentos requeridos pela Administração pública, conforme condições estabelecidas no presente Termo de Referência;

b) cumprir, na eventualidade de subcontratação parcial dos serviços, os estritos termos disciplinados no contrato para essa operação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) comparecer às reuniões prévias convocadas pelo gestor ou fiscal do contrato, para alinhamento da montagem dos equipamentos;
- d) preparar, no máximo até a véspera do dia da eleição, o ambiente de filmagem, deixando-o pronto para execução dos serviços, instalando e testando todos os equipamentos necessários conforme orientação da Comissão de Auditoria das Urnas;
- e) providenciar os equipamentos e os necessários para garantir a continuidade das filmagens mesmo com a falta de energia elétrica externa, em cumprimento ao que ficar definido previamente entre a contratada e a Comissão de Auditoria das Urnas;
- f) apresentar todos os membros da equipe de filmagem devidamente identificados, os quais deverão comparecer ao local dos trabalhos, previamente informados, nos horários e datas definidos no item 2.2 deste Termo de Referência. A equipe deverá permanecer no local de realização dos trabalhos até o seu término e liberação pelo Presidente da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas.
- g) responsabilizar pelo funcionamento adequado de todos os equipamentos utilizados na prestação dos serviços, bem como qualquer material essencial ao funcionamento dos equipamentos, como baterias, pilhas, cabeamento, cartões de memórias e outros semelhantes, sendo de sua responsabilidade a troca e/ou reposição;
- h) o(s) profissional(is) designado(s) pela contratada para os serviços deverá(ão) estar no local e horário indicados pelo gestor ou fiscal do contrato, no mínimo, com 1 (uma) hora de antecedência do início da abertura da seção eleitoral para a "auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso";
- i) arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução do contrato;
- j) entregar ao Presidente da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas, no prazo determinado os arquivos contendo as filmagens originais em *HD* ou outro dispositivo compatível identificado, acondicionados em embalagem, ou arquivos em extensão mp4, contendo o material bruto gravado durante a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso;
- k) manter estrito sigilo e confidencialidade acerca do material produzido nas filmagens, os quais, embora tenham natureza de informação pública, somente podem ser divulgados pela própria Justiça Eleitoral;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

l) apagar, destruir ou deletar, após o termo de recebimento definitivo do contratante, todos os registros de imagens ou áudios captados durante a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso;

m) responsabilizar-se por todos os danos de qualquer natureza, inclusive morais, em função da divulgação de imagens ou áudios captados durante auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso;

n) responsabilizar-se pelos danos causados ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o contratante fiscalizar e acompanhar a execução dos referidos serviços;

o) aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.666/93;

p) sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do contratante, prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

q) manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do certame licitatório, comprometendo-se a comunicar ao contratante qualquer alteração superveniente impeditiva de manutenção dessas condições e a apresentar os comprovantes de regularidade do FGTS, INSS, Tributos Federais, obrigações trabalhistas e CNJ;

r) Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE de Rondônia;

s) Cumprir as demais obrigações previstas no edital, no contrato, nas normas e legislações aplicadas aos serviços.

7. DAS SANÇÕES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.1. As sanções relacionadas ao procedimento da licitação constarão do edital do certame.

7.2. O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

I - Preparação dos ambientes até a véspera do dia da eleição (1º turno e 2º turno, se houver) - ocorrência de atraso: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato;

II - Serviços das filmagens: Não iniciar os trabalhos de filmagens das atividades de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso no horário determinado pelo fiscal do contrato: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato;

III - Presença dos profissionais: Ausentarem-se da sala os profissionais que estiverem operando os equipamentos durante a filmagem dos trabalhos da auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, sem a permanência de um substituto automático: multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, por cada ausência, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato;

IV - Entrega dos materiais produzidos: Descumprir o prazo para entrega dos arquivos contendo as filmagens originais em *pendrive*, *HD* ou outro dispositivo compatível identificado, acondicionados em embalagem, ou arquivos em extensão mp4, contendo o material bruto gravado durante a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato;

V - Descumprir as demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

a) Até 2 (dois) descumprimentos, multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor total do contrato;

b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos, multa de 3% (três por cento) apurada sobre o valor total do contrato;

c) De 4 (quatro) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 5% (cinco por cento) apurada sobre o valor total do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) A ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco): multa de 10% (dez por cento) e poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

7.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à contratada:

I - Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

II - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

III - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei 10.520/02).

7.4. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

7.5. O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

7.6. A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

7.7. Quando o valor do pagamento a que fizer jus a contratada não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).

7.8. As multas não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

7.9. O procedimento para aplicação de sanções ao contratado observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1 A gestão e a fiscalização dos serviços será exercida pela Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica e pela titular da Coordenadoria de Material de Patrimônio - COMAP.

9. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TR

9.1. As especificações do objeto e demais regras aplicáveis à contratação foram elaboradas pela equipe da Coordenadoria de Material de Patrimônio - COMAP.



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 01/07/2022, às 09:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0851646** e o código CRC **47E449A4**.

0002835-64.2021.6.22.8000

0851646v4



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002835-64.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COMAP

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação – Formação de Registro de Preços – análise do Termo de Referência – contratação eventual de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissão ao vivo.

PARECER JURÍDICO Nº 79 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de material e Patrimônio (COMAP), com o objetivo de eventual contratação de empresa especializada na **prestação** de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissão ao vivo para atender demandas da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas do TRE-RO ([0731689](#)).

02. Na Remessa n. 199/2022 – PRE/DG/SAOFC/COMAP ([0849604](#)), a coordenadora da unidade demandante informa que em razão de alteração da Resolução TSE n. 23.673/2021 (que dispõe sobre os procedimentos de fiscalização e auditoria do sistema eletrônico de votação) pela Resolução TSE n. 23.693/2022, publicada em 31/03/2022, haverá a necessidade de contratar os serviços descritos acima a fim de complementar os serviços já contratados por este Tribunal para atender as demandas da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas na Carta-Contrato n. 07/2022 ([0814006](#)). Isso porque foi modificado as quantidades de urnas a serem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

auditadas (de 6 urnas para 20), conforme previsto na nova redação dos incisos do art. 58 da Resolução TSE n. 23.673/2021.

03. Esclarece-se que foram aproveitados os atos iniciais da contratação anterior, inclusive sendo o Termo de Referência desta nova necessidade juntada nos mesmos autos. A saber: Solicitação de Contratação 20 ([0731694](#)), Despacho n. 1479/2021 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0732565](#)) e ETP ([0773735](#)).

04. Após ajustes, unidade demandante instruiu os autos com o a Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação ([0851706](#)), Pesquisa de Preços n. 2/02022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0819991](#), [0830002](#), [0813425](#), [0814006](#), [0838289](#) e [0838309](#)) e o Termo de Referência nº 9/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0851646](#)).

05. Os contornos gerais da aquisição pretendida, **estimada em R\$ 259.608,00** (duzentos e cinquenta e nove mil seiscentos e oito reais), foram definidos no TR citado, do qual se destacam os seguintes registros levados a termo pela unidade solicitante:

- Justificativa para a contratação do serviço pretendido, centrada na necessidade deste Tribunal em contratar os referidos objetos, para atender as necessidades deste tribunal nas Eleições Gerais de 2022, uma vez que tal necessidade de transparências do processo eleitoral advém da própria Resolução n. 23.673/2021 do TSE;
- Critérios de sustentabilidade ambiental– subtópico 3.1, II do TR;
- Da formação de registro de preços – subtópico 5.5 do TR: a) da necessidade de formação do registro de preços em virtude da conveniência da Administração de adquirir de forma parcelada os serviços ora solicitados devido à dispensabilidade de indicação da dotação orçamentária na licitação e adequação à necessidade da Comissão de Auditoria de Urnas; b) manifesta desfavoravelmente à divulgação da IRP (art. 4º do Decreto Federal n. 7.892/2013), pois permiti a participação de outros órgãos da Administração Pública atrasará as etapas do procedimento licitatório; c) utilização da ata de registro de preços por órgãos não participantes do certame;
- Critérios de aceitação do objeto – subtópico 5.2 do TR.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. A da Seção de Apoio às Contratações - SAC, unidade agora responsável pela avaliação de projetos básico e termos de referência neste órgão (de acordo com o novo art. 70-A, II do Regulamento da Secretaria do TRE-RO), concluindo pela regularidade do documento e seus anexos com as normas aplicáveis ([0852050](#)).

07. Por fim, remeteu-se os autos a esta AJSAOFC para análise e emissão de parecer jurídico, conforme Remessa n. 208/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SAC ([0851727](#)). **É o breve e necessário relato.**

II – DA DEFINIÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA

08. Inicialmente, deve ser registrado que, embora tenha sido recentemente publicada a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), o presente procedimento de contratação foi formatado pelas regras da Lei nº 8.666/93, pois esta ainda pode ser utilizada até o decurso do prazo de dois anos após a publicação do novo regime, ou seja, a Lei nº 8.666/93 está em vigor até 1/4/2023, nos termos do artigo 191 c/c 193 ambos da Lei nº 14.133/2021.

09. No que respeita à definição da modalidade de licitação, o Tribunal de Contas da União – TCU, considerando o uso de Pregão Eletrônico, prescreve:

Acórdão 2172/2008-Plenário (Sumário) - A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade.

Acórdão 265/2010 Plenário - Utilize obrigatoriamente a modalidade pregão para aquisição e/ou contratação de **bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado**, conforme regra ínsita no art. 1º, parágrafo único, da Lei no 10.520/2002, incluindo nessas características os bens e serviços de TI. (sem grifo no original)

10. Por sua vez, o **Manual de Licitações & Contratos do Tribunal de Contas da União**, 4ª edição, define nos seguintes termos bens e serviços comuns:

Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha deve ser feita com base somente nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa. (p. 62)

11. No caso em tela, a unidade demandante assevera os padrões de desempenho e qualidade dos serviços pretendidos (filmagem,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissão ao vivo) estão objetivamente definidos no termo de referência por meio de especificações usuais no mercado e de atestações padronizadas para todos os licitantes e que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no seu preço final, motivo pelo qual propõe a adoção da modalidade de pregão na forma eletrônica para formação registro de preços pretendido (Capítulo 5, item 5.5 do TR).

12. Nesses termos, tem-se que os serviços descritos no TR, com as descrições detalhadas de suas especificações, revestem-se de “**bens de prateleira**”, comuns ao mercado, e podem perfeitamente ter aferidas suas qualidades apenas com o cumprimento de tais parâmetros, conforme indicado no item acima referido do TR. Desta forma, pela natureza dos produtos pretendidos pela Administração, aplica-se a norma e entendimentos acima apontados.

13. Nenhum reparo ao **agrupamento de itens similares em lote único**. Tal procedimento se encontra amparado em reiteradas decisões do TCU, *vg.* **Acórdãos n. 5.260/2011 - 1ª Câmara** e **n. 861/2013 – Plenário**, os quais, sem afastar a aplicação da **Súmula 247 do TCU**, definem a licitude dos agrupamentos em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, **desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si**.

III – DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

14. Quanto à opção pela formação de registro de preços apontada pela unidade solicitante, destaca-se as regras sobre o tema disciplinadas pelo **Decreto Federal n. 7.892/2013**, que regulamenta o referido sistema. Veja-se:

Art. 3º. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. No item 5.5 do TR citado, a unidade solicitante informa ser conveniente a formação de Registro de Preços, levando em consideração as seguintes situações:

1. É conveniente para a Administração que o serviço ora solicitado possa ser adquirido de forma parcelada pelas seguintes razões:
2. A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto 7892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa esperar que se libere o orçamento da União para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as contratações ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em eficiência nas atividades administrativas.
3. A formação de registro de preços permite a adequação à necessidade do Comissão de Auditoria de urnas, de modo que a contratação dos serviços será feita em tempo hábil, de acordo com o local em que será realizada a auditoria.
4. Dadas as circunstâncias, entende-se pertinente a adoção do sistema de registro de preços, fundada no art. 3º e incisos, do Decreto 7.892/2013.

16. Como visto, as justificativas registradas pela unidade solicitante no TR **encontram-se de acordo com as hipóteses permissivas** do Decreto Federal (**inciso II**) que atualmente disciplina o **art. 15, II, da Lei n. 8.666/93**, como também pelas alterações promovidas pelo **Decreto n. 8.250/2014** e **Decreto n. 9.488/2018**. Por tal motivo, a formação de registro de preços é mesmo o **procedimento adequado** para a aquisição pretendida, posto que melhor atenda ao interesse da Administração.

17. Tem-se em relevo que poderá a Administração utilizar-se da futura Ata de Registro de Preços por um período de até 12 meses de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU), desde que dentro dos limites quantitativos regulamentares, como também **permite desencadeá-lo independentemente da existência de recursos financeiros para a realização das contratações**.

18. No tocante à **disponibilidade orçamentária e financeira**, não será exigida prévia indicação de dotação orçamentária para formação de registro de preços, consoante regra expressa contida no **§ 2º do art. 7º do Decreto n. 7.892/2013**:

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

19. Nesse sentido, a **Orientação Normativa/AGU n. 20, de 01/04/2009**, assim direciona: “Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato” (**REFERÊNCIAS**: arts. 15 e 38, caput, da Lei n. 8.666, de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1993; art. 3º do Decreto nº 3.931, de 2001; Acórdãos TCU 3.146/2004-Primeira Câmara e 1.279/2008-Plenário).

IV – DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

20. A unidade solicitante manifestou-se pela **não divulgação de Intenção de Registro de Preços - IRP** disciplinada pelo § 1º do art. 4º do Decreto Federal n. 7.892/2013, **uma vez que o aludido procedimento obstaculizará a celeridade necessária para a realização do certame e da contratação pretendidos**, tendo em vista contratação demandada ser essencial para as Eleições Gerais de 2022, conforme subtópico 5.6 do TR em comento.

21. Tal instituto encontra-se assim disciplinado:

Art. 4º Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais - SIASG, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos nos incisos II e V do caput do art. 5º e dos atos previstos no inciso II e caput do art. 6º.

§ 1º A divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada pelo órgão gerenciador. [\(Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

§ 1º-A - § 1º-A O prazo para que outros órgãos e entidades manifestem interesse em participar de IRP será de oito dias úteis, no mínimo, contado da data de divulgação da IRP no Portal de Compras do Governo federal. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018\) \(Vigência\)](#)

(...)

§ 3º Caberá ao órgão gerenciador da Intenção de Registro de Preços - IRP: [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

I - estabelecer, quando for o caso, o número máximo de participantes na IRP em conformidade com sua capacidade de gerenciamento; [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

II - aceitar ou recusar, justificadamente, os quantitativos considerados ínfimos ou a inclusão de novos itens; e [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

III - deliberar quanto à inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

§ 4º Os procedimentos constantes dos incisos II e III do § 3º serão efetivados antes da elaboração do edital e de seus anexos. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

§ 5º Para receber informações a respeito das IRPs disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal, os órgãos e entidades integrantes do SISG se cadastrarão no módulo IRP e inserirão a linha de fornecimento e de serviços de seu interesse. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 6º É facultado aos órgãos e entidades integrantes do SISG, antes de iniciar um processo licitatório, consultar as IRPs em andamento e deliberar a respeito da conveniência de sua participação. [Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014](#) (sem grifo original)

22. Verifica-se, portanto, que a manifestação acima descrita está em consonância com o dispositivo legal supramencionado, especificamente § 1º. Cabe a autoridade competente acatar ou não o afastamento da divulgação da IRP.

23. Caso seja decidido por sua operacionalização, é necessário consignar que, no âmbito deste Tribunal, fixou-se o seguinte procedimento para a operacionalização da IRP:

- a) manifestação da unidade solicitante, no próprio TR;
- b) manifestação do titular da SAOFC;
- c) deliberação da autoridade administrativa na oportunidade da análise da despesa, em **despacho que também delega a decisão da participação de eventuais interessados a titular da SAOFC**, salvo posição contrária da unidade solicitante, com manifestação da SAOFC - ou a juízo da própria titular da Secretaria.

24. Destaca-se que a autorização de participação dos órgãos interessados na licitação de Registro de Preços é competência do Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, conforme art. 3º da Portaria TRE/RO n. 66/2018, ainda vigente. A unidade também prevê a utilização da futura ata de registro de preços pelos órgãos ou entidades da administração pública, obedecidos as regras do Decreto n. 7.892/2013, certamente como forma de contribuir para o ganho em escala da contratação.

V – DA PESQUISA DE MERCADO

25. Sobre esse aspecto, veja-se a regra contida no Decreto Federal n. 7.892/2013:

Art. 5º. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

(...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º do art. 6º deste Decreto; (Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014).

(...)

26. Requisito também exigido pelo **art. 15 do Decreto n. 10.024/2019**, a apuração do valor estimado tem regras próprias definidas por este órgão no documento padronizado denominado **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO**, que no caso em análise, foi juntado ao processo no evento [0851706](#), estando os requisitos da estimativa inseridas nesse documento após pesquisa de preços levada a cabo pela própria unidade demandante.

27. Como sabido, há orientação do TCU acerca dos valores estimados terem como referência prioritariamente preços praticados no setor público, veja-se:

[AC-0265-05/10-P](#) - Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

[Auditoria. Tecnologia da Informação. Estimativa de preços.] [ACÓRDÃO]

9.1. determinar à Caixa Econômica Federal - CEF que: [...]

9.1.12. realize uma detalhada estimativa de preços com base em pesquisa fundamentada em informações de diversas fontes propriamente avaliadas, como, por exemplo, cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real possível, em conformidade com os arts. 6º inciso IX alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97.

28. No caso em tela, a unidade solicitante lastreou sua pesquisa em preços praticados pelo próprio TRE-RO e pelo mercado especializado por meio de consulta direta com as empresas do ramo. Tal procedimento encontra abrigo nas regras da **Instrução Normativa SEGES n. 65, de 7 de julho de 2021**, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal (tal norma revogou a IN SG/ME, nº 73/2020, referida na informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação, mas ainda não atualizada).

VI – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

29. O Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

30. Por sua vez o Art. 6º da Resolução CNJ n. 347/2020 estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem elaborar e implementar Planos de Logística Sustentável – PLS, cuja gestão está prevista no Art. 4º da Resolução CNJ n. 400/2021. E, neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da Portaria TRE-RO n. 131/2020.

31. No que lhe diz respeito, o Art. 21 da Resolução CNJ n. 400/2021 estatui que as aquisições e contratações realizadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, inclusive na execução de reformas, na locação, aquisição e manutenção predial de bens imóveis, citando, entre eles, alguns que constam da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010 que, de igual forma, também dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

32. No caso em comento, o TR juntado menciona no seu capítulo 3.1, II, b, que não se verificou no PLS citado ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas à contratação destes serviços. Contudo, a empresa contratada deverá adotar os seguintes critérios de sustentabilidade: a) usar equipamentos homologados pela Anatel e ABNT no que concerne às normas ambientais; b) fornecer aos empregados equipamentos de segurança para execução dos serviços; c) entrega de documentos ou artefatos gerados em formato digital, em regra.

VII – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

33. Segundo o comando inserto no artigo 47 da Lei Complementar n. 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa - ME e da Empresa de Pequeno Porte – EPP), as EPP e ME fruirão de tratamento diferenciado e simplificados nas contratações públicas com intuito de promover o desenvolvimento econômico e social na esfera municipal e regional, bem como ampliar a eficiência das políticas e o incentivo à inovação tecnológica.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

34. Assim, **não** deverá a Administração **aplicar ao futuro certame o regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte**, porquanto seus valores estimados para o lote único são superiores a **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, nos termos do disposto no artigo art. 48, inciso I, da LC 123/2016 e do art. 6º do Decreto n. 8.538/2015.

VIII – DA CONCLUSÃO

34. Pelo exposto, opina esta Assessoria Jurídica:

I – considerando os elementos que constam do **TERMO DE REFERÊNCIA N. 09/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP (0851646)**, também analisados em seus aspectos formais pela Seção de Apoio às Contratações - SAC, unidade agora responsável pela avaliação de projetos básico e termos de referência neste órgão (de acordo com o novo art. 70-A, II do Regulamento da Secretaria do TRE-RO, o referido instrumento parece conter em sua forma os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**, podendo ser apresentado à autoridade competente para deliberação e eventual aprovação (inciso II do art. 14 do mesmo regulamento);

II – Pela possibilidade de **formação de registro de preços** com fundamento no art. 15, II, da Lei n. 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Federal n. 7.892/2013, para realização da contratação pretendida, por meio da modalidade licitatória **pregão eletrônico, tipo menor preço por lote único**, com fundamento no **art. 1º da Lei n. 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19**, tratando-se da **formação de registro de preços, tem-se como dispensada a indicação de dotação orçamentária**, para a deflagração do certame, consoante a regra expressa contida no **§ 2º do art. 7º do Decreto n. 7.892/2013**;

III – O edital de licitação, caso aprovada a pretensão da formação de registro de preços pela autoridade superior do órgão, deverá estabelecer o **tipo de licitação menor preço global para o lote único**, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993. Destaca-se que a COMAP optou pelo modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5% (cinco décimos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019;

IV – em razão do valor do lote único, será **inaplicável ao certame o regime de exclusividade na participação de ME/EPP's** na forma prevista pelos incisos I e III do art. 48 da LC nº 123/06;

V – Na busca da proposta mais vantajosa, tratando de critério de julgamento pelo menor preço, pela **restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no **art. 15 do Decreto n. 10.024/2019**.

35. Destaca-se que a minuta do contrato que regulará os termos da contratação poderá ser analisada por esta unidade jurídica juntamente com a minuta do edital do certame.

36. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada regimentalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 06/07/2022, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 06/07/2022, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0854339** e o código CRC **CE510CDE**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002835-64.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP

ASSUNTO: Contratação eventual de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissão ao vivo – Formação de Registro de Preços.

DESPACHO Nº 910 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), com o objetivo de eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissão ao vivo para atender demandas da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas do TRE-RO ([0731689](#)).

Os autos foram instruídos com a Solicitação de Contratação ([0731694](#)); o Estudo Técnico Preliminar para pregão eletrônico ([0773735](#)); Pesquisa de Preços n. 2/02022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0819991](#), [0830002](#), [0813425](#), [0814006](#), [0838289](#) e [0838309](#)); Informação Conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0851706](#)); e o Termo de Referência n. 9/2022-COMAP ([0851646](#)), contendo detalhada especificação do objeto, justificativa, critérios de sustentabilidade ambiental, estimativa de preços, critérios de aceitação do objeto, obrigações das partes, pagamento, sanções administrativas e gestão e fiscalização do contrato.

A contratação foi estimada no valor de R\$ 259.608,00 (duzentos e cinquenta e nove mil seiscentos e oito reais) conforme detalhamento contido na informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação, juntada no evento [0851706](#), elaborada com base na pesquisa de preços realizada.

A Seção de Apoio às Contratações - SAC, em análise do termo de referência (evento [0851646](#)) e seus anexos, complementado pela informação conclusiva do valor estimado ([0851706](#)), pelo estudo técnico preliminar ([0773735](#)), concluiu por sua conformidade com as normas gerais de contratações estabelecidas no inciso II do art. 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, regras do Decreto Federal n. 7.892/2013 e, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 ([0852050](#)).

A Assessoria Jurídica da SAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 79/2022 ([0854339](#)), em que opinou pela autorização da contratação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pretendida por meio de pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço por lote único, com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19, sendo inaplicável o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's, pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação e informou que a minuta do contrato que regulará os termos da contratação poderá ser analisada por aquela unidade jurídica juntamente com a minuta do edital do certame.

Por sua vez, a SAOFC, considerando a necessidade da contratação e a conclusão da análise da assessoria jurídica, manifestou-se pela: aprovação do ETP ([0773735](#)) e do Termo de Referência ([0851646](#)); pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado ([0851706](#)); autorização de licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica, tipo "menor preço por lote único", mediante utilização do Sistema de Registro de Preços, dispensada a divulgação de Intenção de Registro de Preços, conforme justificativas apresentadas pela unidade técnica no item 5.6 do referido TR; inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, pois o valor total estimado da contratação pretendida excede o limite legal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecidos pelo art. 49, I, da LC 123/2006 e pelo art. 6º, do Decreto nº 8.538/2015; aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental (item 3.1, II, "b" do TR); e restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação (Manifestação n. 304/2022 - evento [0856881](#)).

Vieram os autos para apreciação, nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que, embora tenha sido publicada a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinado com o art. 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei. Neste sentido, no curso deste processo de transição serão adotadas as regras da lei antiga.

Compulsando os autos, verifica-se que a contratação pretendida ultrapassa o limite legalmente fixado para a dispensa, devendo ser processada por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por lote único, com fundamento na Lei n. 10.520/2002 e no art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/2019.

Dos autos se extrai a comprovada necessidade da contratação, tendo em vista que a captação das imagens da "Auditoria de urnas" faz parte do procedimento de "auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso", de longa data adotado pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Justiça Eleitoral. Nas Eleições de 2022 essa atividade está disciplinada pela Resolução TSE n. 23.673/2021.

Assim, ante a necessidade de cumprimento da referida norma, será necessário realizar as gravações das imagens durante todo o período de trabalho da equipe da Auditoria de Urnas Eletrônicas no dia da eleição (1º turno, e 2º se houver), de modo a registrar, de forma transparente, o regular funcionamento das urnas eletrônicas em condições normais de uso, previsto no § 6º do art. 66 da Lei n. 9.504/1997.

Quanto à formação de registro de preços, observa-se que as justificativas constantes no item 5.5 do TR [\(0851646\)](#) **encontram-se de acordo com a hipótese permissiva** do Decreto Federal n. 7.892/2013 (inciso II do art. 3º) que atualmente disciplina o **art. 15, II, da Lei nº 8.666/93**, como também pelas alterações promovidas pelo **Decreto nº 8.250/2014** e **Decreto nº 9.488/2018**.

Dessa forma, verifica-se, pelas justificativas apresentadas no item 5.5 do Termo de Referência [\(0851646\)](#), que a formação de registro de preços é o procedimento adequado para a pretendida contratação, posto que melhor atende o interesse da Administração.

No tocante à divulgação da **Intenção de Registro de Preços – IRP**, a unidade solicitante manifestou-se, no subitem 5.6 do TR n. 9/2022-COMAP, desfavorável, que implicará na retardamento do prazo de publicação do edital, de abertura das propostas e de assinatura da ARP e, consequentemente, ocasionará risco de demora na assinatura do contrato. Importante consignar, que esta licitação está sendo repetida, uma vez que já ocorreu o Pregão Eletrônico n. 08/2022, contudo, em razão da alteração na Resolução TSE n. 23.673/2021, ocorrida em 31/03/2022, faz-se necessário realizar um novo processo licitatório.

É inaplicável o regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte, com amparo no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, que regulamentou a LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014, uma vez que o valor estimado para a contratação ultrapassa o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) fixado no referido decreto.

Consta do item 3.1, II, "b" do termo de referência [\(0851646\)](#) a exigência do cumprimento de critérios de sustentabilidade definidos pela Resolução CNJ n. 400/2021 e Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010.

Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da contratação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pretendida para atender as demandas deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pelo art. 1º, inciso I da Portaria TRE-RO n. 66/2018:

1 - aprovo o ETP ([0773735](#)) e o Termo de Referência n. 9/2022-COMAP ([0851646](#)), porquanto possuem os elementos mínimos essenciais definidos no inciso [art. 3º, IV e XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019](#), em atendimento ao **inciso II do art. 14** do mesmo regulamento;

2 - aprovo o valor estimado da contratação constante da informação conclusiva ([0851706](#)), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

3 - autorizo a licitação na modalidade pregão, em sua **forma eletrônica**, tipo “**menor preço por lote único**”, com fundamento do [art. 1º, §1º do Decreto n.º. 10.024/2019](#), combinado com a [Lei n.º. 10.520/2002](#);

4 - determino a utilização do Sistema de Registro de Preços e a dispensa da divulgação da IRP, por entender que tal medida atrasaria ainda mais o certame licitatório em apreço;

5 - determino a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, com amparo no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, que regulamentou a LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014, uma vez que o valor estimado para a contratação ultrapassa o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) fixado no referido decreto;

6 - determino a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, com fulcro na Resolução CNJ n. 400/2021 e Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010, conforme exposto no item 3.1, II, "b" do TR; e

7 - autorizo a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, disponibilizando-os apenas após a fase de lances, nos termos do [art. 15 do Decreto n.º 10.024/2019](#), por não se tratar de critério de julgamento pelo maior desconto.

À SAOFC para a continuidade, com vistas à contratação pretendida.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 18/07/2022, às 14:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0860235** e o código CRC **EE9F553E**.

0002835-64.2021.6.22.8000

0860235v29



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002835-64.2021.6.22.8000.

INTERESSADO: COMAP.

ASSUNTO: Minuta de Edital de Pregão Eletrônico – Formação de Registro de Preços - Contratação eventual de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissão ao vivo – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 106 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de material e Patrimônio (COMAP), com o objetivo de eventual contratação de empresa especializada na **prestação** de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissão ao vivo para atender demandas da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas do TRE-RO ([0731689](#)).

02. O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria por meio do Parecer Jurídico n. 79/2022 ([0854339](#)), oportunidade na qual opinou-se, entre outros, pela **formação de registro de preços** por meio de **Pregão Eletrônico**, com fundamento na **Lei n. 10.520/2002** e no **art. 1º, § 1º, afastamento** do regime de exclusividade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

destinado às ME/EPP's e **restrição** na divulgação dos preços estimados para a contratação.

03. Pela Manifestação n. 304/2022 ([0856881](#)), o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade anuiu às conclusões do parecer e pelo Despacho n. 910/2022 ([0860235](#)), da lavra da Diretora-Geral deste TRE/RO, foram aprovados o ETP e o TR 9/2022-COMAP e autorizada a licitação nos moldes sugeridos pela AJDG, determinando-se, entre outros comandos, o afastamento do regime de exclusividade às ME/EPP's, aplicabilidade dos **critérios de sustentabilidade ambiental e restrição na divulgação** dos valores estimados para o certame.

04. Dando continuidade ao procedimento, pelo Despacho n. 1696/2022 ([0861092](#)), o Secretário da SAOFC encaminhou os autos à SECONT e SLC. Juntou-se a minuta do futuro contrato ([0861817](#)). Não Houve divulgação da Intenção de Registro de Preço, na forma solicitada pela unidade demandante e aprovada pela autoridade administrativa. Por fim, a SLC trouxe ao processo a minuta do instrumento convocatório ([0861967](#)) e enviou a esta Assessoria Jurídica para análise ([0861970](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

05. Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

06. Observa-se que a minuta do edital em tela contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Ademais, verificam-se satisfeitos os requisitos da Lei n. 8.666/93, notadamente em seu art. 40 e da Lei n. 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal n. 10.024/2019 bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação, decorrentes da legislação regeadora, notadamente aquelas do Decreto n. 7.892/2013 que disciplina do Sistema de Registro de Preços.

07. Destaca-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) o regime de ampla concorrência no certame, no qual as ME/EPP's poderão usufruir o tratamento diferenciado e simplificado previsto na LC 123/2006, de acordo com o item 4. 2 do edital;

b) A previsão de apresentação de propostas com a indicação do preço unitário de cada item, além do preço global do lote único, considerando as respectivas unidades de medida constantes no ANEXO I, de acordo com o item 5.2.1 do edital;

c) a adoção do modo de disputa aberto - item 5.1. II do TR - no qual a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos, de acordo com o item 7.6 do edital;

d) o critério de julgamento de classificação e aceitação das propostas pelo **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE ÚNICO**, cujo montante será obtido automaticamente pela da junção dos itens em lote único, de acordo com o item 8.2 do edital;

e) a necessária comprovação da habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e declarações legais, de acordo com os itens 9.1 a 9.6. m 8.2 do edital. Destaca-se que, em relação à qualificação técnica, descrita no item 9.3 do edital, o pregoeiro cuidou de reproduzir as exigências que constam no item 5.3.II do TR, no tocante à apresentação de atestado de capacidade técnica comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com os serviços especificados no item 4 do objeto.

08. Assinala-se que, na elaboração do instrumento, especificamente nos **subitens 10.3**, houve registro de prazo razoável de **02 (duas) horas**, a partir da solicitação pelo pregoeiro, para o envio de toda e qualquer documentação complementar referente à habilitação, nos termos do art. 38, § 2º, do Decreto n. 10.024/2019. Além disso, constatou-se que o pregoeiro, em cumprimento ao item 7 do despacho da DG ([0860235](#)), aplicou a regra da restrição na divulgação dos valores estimados dos itens, na forma disciplinada no art. 15 do Decreto n. 10.024/2019 e reproduzida no item 19.10 do edital.

09. Verifica-se que a minuta está complementada pelos anexos do modelo de proposta (I) e Termo de Referência (II). Tratando-se de **registro de preços**, cuidou também de inserir no Anexo III ao edital a minuta da Ata de Registro de Preços e de seu anexo para o registro do Cadastro de Reserva. Por fim, também contempla a minuta do futuro contrato (IV).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Não obstante, sugere à SLC revisão do texto do instrumento convocatório, antes de sua publicação, com intuito de corrigir possíveis erros redacionais no seu texto e/ou na sua estrutura.

III – CONCLUSÃO

11. Pelo exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta do edital e seus anexos ([0861967](#)), estando o instrumento apto a desencadear a fase externa do certame competitivo.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 20/07/2022, às 11:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0862425** e o código CRC **B7353D36**.

0002835-64.2021.6.22.8000

0862425v7



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002835-64.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 28/2022 – Contratação eventual de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissão ao vivo.

DESPACHO Nº 1045 / 2022 - PRES/DG/GABDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP, com o objetivo de eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissão ao vivo para atender demandas da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas deste Tribunal ([0731689](#)).

Após a publicação do edital, não houve pedido de esclarecimentos ou de impugnações ao edital.

Dentre outros, o pregoeiro trouxe aos autos os seguintes documentos: a) relatórios de propostas do sistema COMPARASNET ([0873820](#)); b) proposta da licitante EXPLORATA PRODUTORA LTDA -ME - CNPJ n. 19.206.602/0001-28 ([0873822](#)); c) documentos habilitatórios da licitante citada ([0875573](#), [0875574](#), [0875575](#) e [0875577](#)); d) resposta da diligência feita pelo Pregoeiro à EXPLORATA PRODUTORA LTDA - ME sobre os atestados de capacidade técnica apresentados ([0875579](#)); e) ata do Pregão Eletrônico ([0875586](#)); j) resultado por fornecedor ([0875587](#)); k) termo de adjudicação ([0875589](#)); l) comprovantes de envio do resultado do certame para publicação ([0876057](#)). Por fim, juntou o Relatório n. 54/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0876060](#)), expondo as principais ocorrências do certame.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitada a licitante EXPLORATA PRODUTORA LTDA, CNPJ n. 19.206.602/0001-28, que atendeu aos requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários.

Não houve registro de intenção de recurso.

Analisando o procedimento licitatório, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação, com fundamento no art. 4º, inciso XXII, da Lei n. 10.520/02 ([0877978](#)).

Vieram os autos para análise final do certame, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico n. 28/2022.

Analisando os autos, verifica-se que foram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei n. 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Além disso, observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei n. 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do pregoeiro, hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado à empresa vencedora.

Nesses termos, pela competência delegada pelo art. 1º, inciso V, da Portaria GP n. 66/2018, com fundamento no art. 4º, inciso XXII, da Lei n. 10.520/02, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO N. 28/2022**, no qual sagrou-se vencedora a licitante EXPLORATA PRODUTORA LTDA, CNPJ n. 19.206.602/0001-28, no valor de R\$ 119.992,00 (cento e dezenove mil novecentos e noventa e dois reais), consoante Termo de Adjudicação ([0875589](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à **SLC/ASLIC** para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se à SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 15/08/2022, às 17:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0878247** e o código CRC **6BA2198E**.